



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 95

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
ADVOCACIA GERAL	2285

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER SOBRE A RESPONSABILIDADE
MUNICIPAL E ESTADUAL NO ÂMBITO ESCOLAR,
REFERENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO ESTADO DE RONDÔNIA
(Em 27 de maio de 2019)**

Presidência do Sr.
Cirone Deiró - Deputado

(As 15 horas e trinta e sete minutos é aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, após aprovação em Plenário realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a Responsabilidade Municipal e Estadual no âmbito escolar, referente à Educação Inclusiva no Estado de Rondônia.

Nós convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública O Senhor Cirone Deiró, Deputado Estadual, proponente desta Audiência Pública; Senhor Suamy Vivecananda Lacerda

de Abreu, Secretário de Estado da Educação; Senhora Liana Silva de Almeida Lima, Secretária Adjunta SEAS; Excelentíssimo Senhor Dr. Raphael Luiz Pereira Beviláqua, Procurador da República, representando o Ministério Público Federal; Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Dr. Flávio Henrique de Melo, Juizado da Vara de Execução Penais da Comarca de Porto Velho; Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Dr. Marcelo Lima de Oliveira, 18ª Promotoria de Educação, representando o Ministério Público Estadual; Senhor Defensor Público Dr. Sérgio Muniz Neves, Coordenador do Núcleo da Cidadania, representando a Defensoria Pública do Estado; Senhora Gláucia Negreiros, Secretária Adjunta Municipal de Educação; Senhor Dr. Humberto Marques Ferreira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Senhor Augusto Pellucio, Grupo SAPIENS Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Boa tarde a todos! Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a Responsabilidade Municipal e Estadual no âmbito escolar, referente à Educação Inclusiva no Estado de Rondônia.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Pedimos por gentileza aqueles que puderem se coloquem em pé. Juntos ouviremos, o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim Araújo Lima, e Música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. RONI FREITAS DE LIMA (Mestre de Cerimônias) – Estejam todos à vontade. Nós convidamos para que também componha a Mesa de Honra a senhora Giuci Fulco, que representa a Casa Família Rosetta, e o 3º Setor. As nossas boas-vindas.

Registramos e agradecemos a presença da senhora Telma Geber dos Santos, membro do Grupo de Pesquisa dos Direitos Humanos da Pessoa Surda da Faculdade de Rondônia - FARO, as nossas boas-vindas; Claudete Neves, representando o Instituto Federal de Rondônia. Muito obrigado pela presença;

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Hélder Risler de Oliveira**
Departamento legislativo - **Maria Aparecida Silva N. Lima**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Nós agradecemos com grande alegria a presença das Orientadoras da Escola Laura Vicuña. As nossas boas-vindas; Senhora Elizete Maria da Silva Moreira, Coordenadora do Curso de Terapia Ocupacional da FIMCA; Sirléia Barcelar Araújo da Silva, Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bilingue de Porto Velho. Uma honra tê-la conosco; Senhora Ana Lúcia, Diretora da Escola Especial Abnael Machado de Lima; Senhor Cleiton Lobaque, representando a Secretaria Municipal de Educação do Município de Mirante da Serra. Muito obrigado pela presença. Nós agradecemos em especial os alunos do Curso de Libras da Escola do Legislativo; senhor Robson André Santos, Presidente da Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia; Senhor Agenor Fernandes de Souza, Presidente do Conselho Estadual de Educação; Senhor Antônio Carlos Bersani, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Senhora Flávia Testoliana de Barros, representando neste momento o Movimento Mães Coragens Indesistíveis. Muito obrigado pela presença. Senhora Adriana Patricia da Silva de Carvalho, do Centro Multidisciplinar Movidos pelo Amor ao Autismo; Senhora Linda Emberger, que representa a Associação Pestalozzi. Nós queremos cumprimentá-la com grande alegria. Senhora Sílvia Thomás, Diretora Pedagógica da Associação Movidos Pelo Amor. Muito Obrigado pela presença.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Quero mais uma vez cumprimentar os senhores e as senhoras aqui presentes. É uma grande alegria ter vocês aqui em uma segunda-feira, a tarde, um assunto tão relevante como a nossa inclusão escolar.

Eu quero aqui em nome da Daniela Bianchini que é a Presidente do CERNIC lá na minha cidade de Cacoal.

Cumprimentar todos os Diretores de APAES do 3º Setor que estão aqui juntos, que fazem um grande trabalho no Estado de Rondônia, um trabalho que deveria ser do Governo e essas Instituições fazem com doação dos empresários, dos cidadãos de toda a sociedade. Então vocês têm o nosso carinho, o nosso respeito.

Eu começo esta Audiência cumprimentando a todos vocês. E dizer que vocês têm o nosso respeito.

Eu quero aqui cumprimentar o nosso Secretário de Educação do Estado, Dr. Suamy, que vem aí se desdobrando para melhorar a nossa Educação no Estado de Rondônia, um estado novo que tem um grande desafio de conseguirmos, Secretário Suamy, avançar em todos os sentidos, seja em estrutura física, seja no IDH, seja na nossa avaliação perante o Ministério da Educação. Cumprimentar aqui a nossa Secretária, a senhora Liana, aqui presente; Dr. Raphael que já esteve aqui conosco em outras ocasiões; o Excelentíssimo senhor Juiz Dr. Flávio que se fez presente aqui conosco, também; O Dr. Marcelo, Promotor de Justiça, uma grande honra tê-lo aqui novamente conosco; Dr. Sérgio da Defensoria Pública; Senhora Gláucia, Secretária Adjunta da SEMED do Município; O meu amigo Guto Pellucio, do Grupo Sapiens. Prazer tê-lo aqui conosco. E da Dona Giuci Fulco, que representa aqui a Família a Casa da Família Rosetta.

Nós nesta tarde vamos falar Dr. Suamy, sobre a nossa Professor Suamy, perdão. Pela nossa inclusão escolar. Nós sabemos que temos uma grande deficiência no nosso Estado, em relação ao cuidado que as pessoas especiais do nosso

Estado. E para isso trouxemos essa Audiência para nós ouvirmos, para sermos a voz da sociedade. Aqui tem as autoridades Legislativas, o Executivo, o Judiciário e pessoas que vivem e convivem com esses fatos na nossa realidade, e da necessidade nas nossas escolas. Porque nós entendemos que quando, desde a formação escolar do filho, quando a pessoa coloca o seu filho especial na escola, ele quer que seu filho aprenda e nós temos, nós estamos tendo dificuldades com o serviço público de atender adequadamente essas pessoas. Então, nós, nada mais, nada menos estamos aqui, para ouvir, para que a gente possa encaminhar e que esta Audiência Pública ela dê frutos verdadeiramente naquilo que se propõe. Mas não podemos mais fazer Audiência Pública, eu fiz uma aqui sobre o leite na semana passada, já está dando resultados, espero que esta também dê resultados, que não fique, vou usar uma linguagem bem chula aqui, no oba-oba, nós temos que ter verdadeiramente resultados. E, eu fico muito feliz do senhor estar aqui conosco, representando o Executivo, que é o nosso maior, vamos dizer ente que tem que fazer essas obrigatoriedades cumprindo a legislação.

E, daremos continuidade na apresentação, e todas as demandas que a gente tiver aqui nesta tarde que nós possamos, realmente, efetivá-las. Eu vejo aqui nosso Estado, eu tenho os dados, vai ser apresentado eu não vou falar que a gente tem uma demanda grande, ao mesmo tempo as pessoas que deveriam os cuidadores que deveriam estar fazendo esse trabalho, acompanhante especializados, mediadores, nós não conseguimos oferecer nas escolas. Então, como é que nós vamos querer que essa criança aprenda e que tem uma qualidade no seu ensino. Então, eu vou passar aqui para Klívia, para dar continuidade nos trabalhos, e aí nós ouviremos atentamente os nossos profissionais, as pessoas aqui, para depois a gente fazer os encaminhamentos. Obrigado.

A SRA. KLÍVIA – Uma boa-tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar em nome do Deputado Cirone Deiró toda Mesa. E, esta Audiência Pública surgiu em virtude do déficit que nós temos em relação ao acompanhante, a figura do acompanhante especializado para estar acompanhando esses alunos com necessidades educacionais especiais. Nós temos esse déficit, nós temos inclusive dois concursos públicos em aberto, onde nós estamos, a SEDUC e a SEMED estão ofertando o Cuidador.

E, nós sabemos que a figura do Cuidador é importante nesse processo, estar acolhendo esse aluno, ele cuida das atividades de vida diária desse educando. Porém a questão pedagógica deixa a desejar, e os pais quando eles levam o aluno para a escola, ele está pensando na questão educacional desse aluno, que esse aluno ele possa de fato dentro das suas limitações aprender, aprender a ler, aprender a escrever, ser alfabetizado de fato. E, o professor na sala de aula como regular ele tem além daquele aluno com deficiência ele também tem outros alunos que ele precisa estar dando certa atenção, ele está ministrando um conteúdo para aquele aluno e ele necessita de uma ajuda dentro da sala de aula, que seria esse profissional mediador para estar auxiliando nesses aspectos.

Os autistas hoje têm uma lei, a Lei Berenice Piana, que auxilia que prevê, na verdade, esse acompanhante especializado e, muitos pais conseguem esse acompanhante. Serviço público ainda consegue ofertar esse acompanhante. É

lógico que nem todos conseguem, às vezes, ele tem que entrar através do Ministério Público, o Doutor Marcelo está aqui, ele sabe disso. A rede privada, nós temos o Guto aqui, que depois pode falar sobre isso também, carece de políticas públicas também voltadas para ofertar esse profissional, para que os pais não precisem pagar por esse profissional, a inclusão ela precisa ser de fato efetivada conforme está previsto na lei.

Infelizmente, isso não acontece na sua totalidade e, é para isso que nós estamos aqui falando. Eu ia trazer números em relação ao que é ofertado pelo Estado, mas nós temos o Secretário da Educação aqui, creio que ele tem esses números para nos passar. O que eu posso falar aqui também é que nós temos um público-alvo da Educação Especial, que são as pessoas com deficiência, as pessoas que têm o transtorno global de desenvolvimento e, os que têm altas habilidades e superdotação. Daí nós temos um autista dentro desse público-alvo das pessoas com deficiência, temos a Síndrome de Down, deficiências múltiplas, o PC que é o paralisado cerebral e, todos eles precisam dessa política pública voltada para atender essas necessidades educacionais. Hoje em dia o quadro profissional que a SEDUC oferta, eu estou falando em questão de Estado, porque nós enquanto Assembleia Legislativa, legislamos mais no quesito estadual, então também temos aqui a SEMED que pode estar trazendo dados para nós. Então, o profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado que é o AEE, na rede pública estadual de Rondônia, a SEDUC oferta em 177 escolas, ela oferta o AEE, são 430 escolas total no Estado, se não me falha a memória. Professores de AEE, nós temos 217 em todo Estado, intérprete de LIBRAS temos 38. Cuidadores, nós temos 10, psassem, são 10 e Revisor Cego, nós temos 01.

Sabemos, conforme já falei no início que temos concurso público em andamento para estar suprimindo esse quadro que realmente está bem deficitário e que esperamos que venha minimizar os problemas, no entanto, nós trazemos aqui essa questão da figura do professor especializado, do professor mediador para estar auxiliando esse aluno com necessidades educacionais especiais dentro da sala de aula. E no mais teremos algumas mini palestras e pessoas que estarão falando aqui também com propriedade sobre esse assunto e desejamos uma excelente Audiência, que possamos a partir dessa Audiência Pública de fato trazer resoluções, que nós não estamos aqui apenas para cobrar o Estado, para cobrar o Município, nós estamos aqui também para trazer alternativas, que eu acredito que é exatamente isso que os pais que têm o filho com necessidades educacionais especiais querem, eles querem essa resposta do poder público e também da rede privada e é por isso que nós estamos aqui.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Klívia. Vamos já para as falas, eu quero convidar aqui D. Marxlene Bezerra, Pedagoga Especialista em Gestão Escolar.

Enquanto a D. Marxlene se dirige a Mesa. Nós vimos aí o tamanho do nosso déficit em relação aos Cuidadores. No Estado de Rondônia onde nós temos 177 escolas com AEE, nós temos apenas 10 Cuidadores. Então, nós estamos muito longe do nosso objetivo dessas pessoas que realmente precisam desses cuidadores e mediadores, que são as pessoas que fazem o acompanhamento pedagógico, nós não temos nenhum.

Está com a senhora Dona Marxlene.

A SRA. MARXLENE BEZERRA – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, o senhor falando aqui, mas, creio que todos estão ouvindo aqui porque eu gosto de falar olhando nos olhos, isso é muito bom que a gente tem essa oportunidade de conversar, de dialogar. E eu gostaria de falar, primeiro dizer que eu sou pedagoga, faço parte também, sou funcionária pública, mas, principalmente eu gostaria de dizer que eu sou mãe, mãe da Marina. Marina tem 18 anos, vai fazer 19 anos, no espectro do autismo, ou seja, tem toda uma história, uma trajetória de vida durante esses anos. Muitos que estão aqui conhecem e sabem um pouco da nossa história e hoje nós esperamos que realmente esses encaminhamentos sejam encaminhamentos que sejam concretos, que nós consigamos na prática de alguma forma contribuir para a melhoria da Educação Inclusiva. Quando se fala em educação, se pensa em quê? Que a educação é um ato essencialmente humano. Como dizia Ilza Martins Sant'Anna, uma autora, que eu gosto muito de ler, que diz: que a educação é um ato essencialmente humano. Por quê? Porque existem várias dimensões do ser humano. Quando nós pensamos no ser humano, nós não pensamos apenas no cognitivo, não apenas no ler e aprender, mas, nós pensamos no afetivo, no cultural, no social e a inclusão, ela faz parte deste processo. Já que a educação faz parte das dimensões do ser humano. A inclusão nada mais é: incluir significa o quê? Tomar parte, inserir, introduzir, compreender. Essa palavra é muito importante "compreender".

Eu preciso conhecer para compreender. Eu preciso conviver para auxiliar ou vice-versa. Então, eu gostaria de colocar essa questão da inclusão, fazer, tomar parte, ou seja, ter oportunidades iguais. Assim como a Constituição Federal fala no artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado, com a participação da família e a colaboração da sociedade. E os artigos 205 à 214 falam sobre isso e diversidade é outro aspecto que eu gostaria de colocar. Diversidade lembra o quê? Pluralidade, multiculturalidade, multiculturalismo, ou seja, todos que estão aqui sabem que estamos numa época da Pedagogia da Diversidade, a inclusão a partir da década de 90, ela surgiu com a Conferência Mundial de Educação e assim por diante, até antes, nós não tínhamos essa palavra chamada "inclusão" até as questões legais, mas, existem, com certeza na fala, pessoas que irão se retratar um pouco mais sobre essa questão legal. Então, eu enquanto mãe, enquanto pedagoga, o que eu gostaria de sugerir? O tema, a temática que me propuseram foi: "Os Desafios da Educação Inclusiva e os seus Processos Pedagógicos". Desafios, quando falou em desafio, eu gostei, por que desafio significa que é o quê? Oportunidades de mudar, de mudança, desafios. Quem não gosta de ser desafiado? A motivação, ela é intrínseca, ela está dentro de nós, nós precisamos apenas que alguém nos estimule, e não é, desafio é diferente de problemas, nós não temos problemas, a educação especial não pode ser vista como um problema, a educação inclusiva, aliás, ela tem que ser vista como um desafio, um desafio onde nós possamos operacionalizar e estamos trazendo uma abordagem diferente.

Os desafios, nós já sabemos, nós já ouvimos. A minha filha mesmo, está lá no Ministério Público, procurei, está lá tentando todo um processo de articulação de acompanhante especializado, ela está na escola, nós já sabemos as dificuldades que temos, porém, é importante que nós possamos nessa tarde

pensar sobre isso, sobre as nossas competências o que é que pode ser aplicado na prática realmente. Então um dos itens que eu gostaria de falar da articulação entre Município e Estado, eu sei que cada um tem a sua competência, Município tem a sua competência, Estado tem a sua competência, mas é importante que ambos dialoguem. Eu como mãe eu peço e vejo que é importante dialogar, por quê? Porque a minha filha foi difícil, ela passou seis anos sem escolarização porque as escolas não aceitavam a Marina, não aceitava por quê? Porque a Marina não era uma criança que fazia parte desse processo: “aqui na minha escola não estuda criança dessa maneira, dessa forma”, ou seja, eu como mãe saía totalmente abalada, eu não sabia o que fazer naquela hora e eu chorava muito sem saber o que fazer, até que veio a Lei 2012 do Autismo, estou falando do Autismo, mas quando eu falo da inclusão aqui queridos e queridas eu falo da inclusão de maneira geral, eu falo da inclusão como um processo nosso, um processo de todos, de toda deficiência e não só da inclusão, mas da diversidade que é diferente, a diversidade é o quê? Têm vários tipos de diversidades, na realidade acesso inclusivo onde existe a diversidade e a educação especial as pessoas com deficiência fazem parte de que? Da diversidade. Então é necessário que haja realmente nas escolas, primeiro, a minha concepção enquanto pedagoga e pelo que eu tenho visto, que a gestão seja inclusiva, a inclusão só vai acontecer se a gestão, se o gestor tiver visão inclusiva, é o princípio de tudo, que o Projeto Pedagógico realmente das escolas atendam as singularidades e as particularidades, não falar em Projeto Pedagógico de uma maneira bonita: “ah! No papel, não”. Sabemos que o Projeto Pedagógico ele envolve as dimensões pedagógica, administrativa, jurídica, financeira e que ações precisam ser implementadas para que esse Projeto Pedagógico de fato atinja aquilo que nós estamos querendo. Então esse é um aspecto interessante que a escola ela possa de fato, ela possa ter um trabalho realizado, operacionalizado nos quatro pilares da Educação. Quais são os quatro pilares da Educação, segundo a UNESCO? Eu não preciso dizer, temos aqui pessoas da educação: “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”. É isso que nós queremos para as nossas crianças que elas tenham oportunidade de aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a ser. Que nós possamos de fato acolher, ou seja, como Pedagoga o papel se entrecruza como eu falei anteriormente em outra Audiência, a Pedagoga e a mãe se entrecruzam, mas que nós possamos de fato ter um ambiente acolhedor e flexível, ou seja, que haja um acolhimento e acolhimento eu não vou de forma alguma mudar de maneira externa porque acolhimento, amor, sensibilidade, respeito, são princípios internos que é de cada um. Então o nosso papel é que haja realmente dentro do processo um ambiente acolhedor e flexível que a Lei não seja apenas operacionalizada porque é Lei, coloca o cuidador, coloca, vamos inserir o acompanhante especializado porque é Lei. Não, nós não queremos apenas isso. Nós queremos que os nossos filhos sejam aceitos, nós queremos que eles sejam amados como nós o amamos, nós queremos que eles sejam respeitados como nós respeitamos aos outros, porque eles são pessoas de direito e eu sempre falo eles são cidadãos e quando nós colocamos quatro horas naquele local, naquela escola, nós estamos entregando o nosso presente para escola e nós

gostaríamos que houvesse todo esse processo e já me coloquei à disposição, creio que os pais que estão aqui também para ajudar nesse processo, nessas competências que possamos pensar que quando falamos em inclusão nós pensamos no outro também. Eu não penso só na pessoa com deficiência, eu tenho que pensar no outro, eu tenho que pensar na outra criança que está ali junto com o meu filho, então é necessário sim, que não apenas sensibilização, mas que conscientização seja implementada, que rodas de conversas sejam feitas, realizadas, que nós possamos explicar por que coloca a mãozinha no ouvido, muitas vezes, essa sensibilidade ao som, porque é importante ele contribuir dentro do processo, que possamos ter roda de conversa com os alunos, que os pais também sejam inseridos. Eu enquanto Coordenadora do Projeto Movidos pelo Amor Autismo, todos os dias recebo áudios de diretores das escolas municipais e das escolas estaduais pedindo que nós possamos ir até a escola para ajudar nesse processo de inclusão, ou seja, o que eu estou falando não é uma história, estou falando uma realidade que nós vivemos e vivenciamos a cada dia, que possa haver de fato essa formação continuada, eu estou colocando assim logo de uma maneira.

Porque formação continuada? A formação continuada que haja realmente atividade de extensão, que as Instituições, que as Associações, que as Faculdades, que as Universidades elas possam fazer parte desse processo contribuindo com essas mudanças quebrando esses paradigmas e isso não precisa de dinheiro. É aí que eu gostaria de colocar. Existem ações que não precisam de dinheiro. Existem ações que precisam de vontade. Existem ações que precisam de mobilização, que precisam de iniciativa, que nós podemos ainda mais o Estado, ainda mais o município que é uma máquina, é máquina, tem a máquina na mão. Eu falo enquanto associação, que nós somos pequenos, mas dentro daquilo que podemos fazer, nós temos tentado contribuir com o trabalho voluntário onde existem, existem 35 voluntários, profissionais voluntários que doam uma tarde, uma manhã de amor no projeto; terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicopedagogos, pedagogos, assistentes sociais, educadores físicos, fisioterapeutas, pedagogos, ou seja, uma equipe que está doando amor a cada dia e que não recebe por isso, porque eles doam esse amor através de ações voluntárias. Que possamos de fato fazer essa extensão, essa articulação, que o Cuidador, o Cuidador já temos na escola, mas que fique bem claro na Lei 680, que seja revisto, já está lá, o Cuidador é direito, falta o acompanhante especializado. Mas, são importantes as competências. Qual é o papel do Cuidador? Qual é o papel do acompanhante especializado? Eu falo porque eu estou na escola e eu estou vendo e nós precisamos do quê? Que de fato isso aconteça de fato e de direito, eu não dormirei, eu não dormirei tranquila se eu não vir na prática acontecendo isso, enquanto participante do processo educativo. Então, eu gostaria de colocar a minha, minha questão enquanto pedagoga, como mãe para falar dessa questão. Que as salas de recursos, realmente funcionem, porque nós não temos, tem números, tem quantitativos insuficientes e operacionalizados na prática, nós sabemos; eu estou falando por experiência vivida, pelo dia a dia que eu estou, e não estou aqui brigando, eu não estou aqui com raiva, eu não estou aqui, de forma alguma, eu estou aqui conversando já que, finalidade, é o debate? Que esse debate seja

operacionalizado, e de que maneira nós podemos contribuir? De que maneira eu posso contribuir para que isso se torne uma realidade? Eis a questão. Rede de apoio, parcerias, que realmente o Estado, o município, eles possam estar fazendo esse trabalho, por exemplo, só para colocar de uma maneira bem rápida. A Marina passou 06 anos sem estudar, até que ela estudou numa escola municipal. Foi bom por um lado, porque o diretor na época ele disse que não queria, mas um mês depois ele me chamou e disse: muito obrigado, porque a sua filha me ensinou. E hoje eu vejo que valeu a pena, hoje eu estou vendo que valeu a pena você ter lutado por isso. E eu falei: lutei, só saio daqui com o Ministério Público, com a imprensa. Eu cheguei nesse ponto porque eu estava num estado de estresse. Então, os pais precisam ser cuidados também, a família precisa ser amada, temos que entender que é um ato humano; que não é apenas um processo pedagógico, não são apenas objetivos, conteúdos de metodologia, recursos e avaliações não, é mais do que isso; a educação, ela permeia por todo esse processo didático, e é possível? Com certeza.

Que possamos realmente que o EAE funcione, que possamos deixar claro a figura de cada um, que o acompanhante especializado seja uma pessoa realmente especializada, quando nós falamos e que conheça. Por quê? Porque ele vai dar esse apoio, esse suporte para o processo pedagógico, ou seja, para eu poder, no caso, elaborar um planejamento ou uma sequência didática, eu preciso primeiro o quê? Conhecer. Conhecer quem? O meu aluno. Quem é ele? Quem é o meu aluno? Ah, ele tem autismo? Ele tem baixa visão? Ele tem? Como é que é? Então, eu preciso entender. Existem processos pedagógicos aí dentro dessa situação. Como é que ele está no nível de escrita dele? Emília Ferreira, Luana Pederotti, como é que ele está? Como é que ele está em relação ao estágio de desenvolvimento dele? Tudo que nós estudamos na academia, isso que estudamos na academia seja uma realidade na prática, porque senão fica lindo no livro, lindo a gente ler no livro. Segundo Piaget, existem quatro estágios de desenvolvimento. Mas, não, que isso possa acontecer na prática. Por quê? Porque precisamos sim, as nossas crianças dependendo de cada situação precisam de um PEI, de um Planejamento Educacional Individualizado. E para poder elaborar esse PEI, eu preciso de pessoas que possam estar contribuindo com o processo. Onde nesse PEI entra a família, sem dúvida nenhuma e onde entra a equipe multidisciplinar, que é outra questão. Não adianta apenas atribuir ao professor, nós precisamos de uma articulação maior.

Então, o meu desejo, estou falando assim enquanto pedagoga, enquanto, nesse momento, é que a educação, ela também possa estabelecer uma parceria com a saúde. Porque a educação num ato essencialmente humano, já falamos, e permeia todos os aspectos. Para eu ler e aprender, não basta ler e ler e escrever, as perspectivas fazem parte do processo; as implicações sociais, culturais, econômicas, biológicas, tudo isso faz parte do processo e a intervenção, sem dúvida nenhuma é algo primordial dentro do processo. Com a intervenção, eu não trouxe, mas eu gostaria que vocês vissem o primeiro "a", da minha filha, quando ela fez a letrinha a; que emoção. Eu sempre falo para os meus alunos, que eu sou professora também; que o menos é mais, que às vezes você pensa que é uma atitude insuficiente, mas essa atitude ela fala ao coração, essa atitude ela muda a expectativa, ela muda histórias de

vida, com certeza e o nosso desejo é que possamos realmente ter uma educação inclusiva, de fato e de direito, que possamos conhecer o nosso aluno, que possamos lidar, que possamos compreendê-lo...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Marlene, você me desculpa, mais um minuto para você.

A SRA. MARXLENE BEZERRA VIEIRA – Está certo. Que estratégias educativas, elas possam ser conhecidas. Eu falo do autismo, porque eu vivo essa questão do autismo. Mas, o professor, ele precisa sim ser formado, existem várias metodologias que eu não vou falar, falo e muitos já sabem IT, ABA, PEC, SON-RISE, FLOORTIME e assim por diante. Mas, é por isso que não pode ser alguém que não seja especializado. Precisamos de alguém que possa atender as nossas necessidades, que adaptações sejam feitas, se assim for necessário e que o currículo seja operacionalizado para que possamos ter uma educação inclusiva de fato e de direito. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Dona Marlene, ela fala como pedagoga, como mãe, como profissional, parabéns pela sua fala. Eu quero em tempo convidar o Dr. Humberto, que chegou para que se assente a Mesa. E nós vamos ouvir agora a fala do Dr. Flávio Henrique, Juiz da Vara de Execuções Penais.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE MELO – Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró, proponente desta Audiência Pública, na pessoa da qual, eu cumprimento todos os Membros desta Mesa, e cumprimentando já de uma forma mais abreviada por conta do tempo, e para que nós sejamos objetivos e que esse objetivo realmente seja um objetivo construtivo.

Cumprimento todos da plateia aí na pessoa da Marlene, pedagoga, que representa a Instituição Movidos pelo Amor, que acabou de me anteceder aqui na fala. Essa causa é uma causa nobre, todos nós estamos de acordo em relação a isso.

Passaram-me em comum acordo a incumbência de tratar de dois pontos dessa educação inclusiva, que diz respeito a duas Leis chaves, que é a Lei 12.764 de 2012, que é uma Lei específica em relação ao TEA Transtorno do Espectro Autista, e sobre a Lei 13.146 de 2015. Eu venho me dedicando a esse assunto, muito embora já ocupante do cargo de Juiz de Direito há quase quinze anos. Há pouco mais de um ano, um ano e pouco, quando descobri o diagnóstico de que o meu filho é portador de TEA, isso motiva a gente a caminhar juntos, não é? Porque sabemos que há uma série ainda de ações a serem implementadas, construídas. E eu me vejo no dever de apresentar aos senhores aquilo que nós já temos para que possamos a partir desse arcabouço, a partir dessas duas Leis bases aqui, fazer os encaminhamentos e as devidas cobranças.

Claro que a Audiência Pública, como foi bem pontuada, ela serve para nós ouvirmos pessoas que têm conhecimento sobre determinadas áreas da ciência enfim, de um modo geral e que contribuem para a autoridade competente, que não sou eu no caso aqui, possa propor o devido encaminhamento. Então, o nosso espírito, a nossa vontade hoje, é de contribuir para que esta Casa, que é uma Casa de Leis, um local ideal para

discutir um assunto dessa importância, possa ter elementos de proposição e que esses elementos de proposição sejam efetivamente cumpridos pelas autoridades executivas. E aí já me dirigindo ao Poder Executivo, seja ele Estadual ou Municipal, e como bem pontuou aqui a Constituição Federal, já estabelece essa competência, não concorrente, mas, ela é supletiva porque sabemos que o Estado e o Município, não atuam nas mesmas fases da educação e também dirigida as escolas particulares, a razão pela qual a educação nos moldes previsto na Constituição, ela é delegada a oportunidade as escolas particulares para que elas também possam prestar esse serviço aí sim de forma concorrente ao Estado e ao Município, porém seguindo regras que são comuns as duas tanto o público quanto o privado. Pois bem, nós temos a Lei 12.764, que trata do TEA, como eu já mencionei, é uma Lei específica em relação a isso.

E o ponto principal a despeito de várias considerações em relação a essa Lei, é exatamente o foco dessa educação inclusiva. Nós falamos muito em relação à educação inclusiva, é aí me permitam só ler um conceito que foi tirado do Portal da Educação que diz o seguinte: A Educação Inclusiva compreende um conjunto de ferramentas e estratégias que tem como objetivo a inserção de indivíduos com qualquer tipo de deficiência dentro de um ambiente escolar regular. Inclusão que é o foco da nossa Audiência aqui e desta Lei também, para exclusivamente aqui o autista, e depois eu vou falar para a Lei geral. Não consiste apenas em abrir a porta da escola, assinar um documento lá e dizer que o aluno já está matriculado ou inserido numa série regular. Isso é apenas a entrada, vamos dizer assim, um conceito de inclusão, como já me antecedeu, ele é um conceito muito mais amplo e compreende algo que os senhores da Pedagogia sabem muito mais do que eu. Chama-se Processo Pedagógico Inclusivo. Esse Processo Pedagógico Inclusivo que trata essas duas Leis com muita propriedade, obviamente carecendo de alguma regulamentação, o meu modo de ver, compreende ações mais profundas, por quantas ações atuais ainda estão no campo raso. Não basta você ter alguém ao lado do seu filho ali, para que ele possa, me desculpe a franqueza, mas levar ao banheiro para fazer um cocô. Não é isso. Isso é nós banalizarmos o Processo Pedagógico Inclusivo. E, aí, nesse aspecto eu já posso dizer que conheço um pouco da Pedagogia, não por ser formado em Pedagogia, mas porque fui Professor desde 2002 até dois anos atrás. Já Participei de construção de plano de ensino, de planos de aula, de forma que a Pedagogia ela nos ensina que o Processo Pedagógico Inclusivo reconstrói a escola, as rotinas da escola, de modo que a escola é que se adapta, seja ela pública ou privada, adapta-se ao aluno e não o aluno a escola.

As rotinas, os processos de transmissão de conhecimento por meio da figura do Professor, de acompanhamento especializado, ou de apoio escolar que varia a denominação e, eu, particularmente uso a expressão Professor Mediador. Venho estudando a respeito disso, me confere a seguinte conclusão: de que esse Professor ele não é uma figura simbólica na sala de aula. Ele é imprescindível para que esse Processo Pedagógico exista. Se não nós vamos estar apenas tratando de inclusão, ou seja, no sentido mais raso possível, de colocar o aluno dentro da sala de aula. Isso não produz, absolutamente, nada de inclusão. Ou, seja de inserção neste aluno numa realidade de conhecer e de acompanhar as escolas de um modo geral. Então é muito séria essa questão, porque os profissionais da área

batem muito nessa tecla da mudança seja do documento da escola que trata do processo pedagógico, da qualificação desse Professor, seja o professor que está regular na sala para os alunos, seja o professor que eu chamo de Mediador aí. Sem essa qualificação isso realmente não avança. E vindo para a Lei 13.146 que fala da Lei Brasileira de Inclusão que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ela já é uma Lei de 2015, e que ela engloba todos os tipos de situações relativas a pessoas com deficiência, não só o autista, mas o Down e todas as demais pessoas com deficiência visual, física de um modo geral.

Ou, seja, é o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência. E ela trouxe diversas modificações, é uma lei extensa. Eu até fiz questão de imprimir. Imprimindo foram 30 laudas, 30 laudas. Aí me perguntem, não é a oportunidade, mas me perguntem o que essa lei mudou na vida das pessoas portadoras de síndrome e de autismo e de transtornos? Não precisam responder. Não precisam responder porque nós sabemos que a mudança Legislativa a edição Legislativa ela cria direitos, mas ela não assegura direitos. E, aí, vai diversos atores, vai para criação vai o Legislativo, para implementação vai o Executivo e para cobrança disso vai o Ministério Público, a Defensoria Pública e asseguração final quando não cumpridos todas essas etapas anteriores, aí entra O Poder Judiciário.

Que é quem vem salvaguardar esses direitos aí, quando não implementados. Nós tivemos recentemente uma vitória que ela é digna de ser compartilhada. Um aluno de Ji-Paraná que teve assegurado em uma escola pública, após um tempo de demanda, um Professor Mediador. Esse aluno é portador de Síndrome de Down. Nós temos já outros casos, e eu não vou comentar porque os outros vão comentar também. Mas isso é só para mostrar que o Judiciário está preocupado. A gente não pode generalizar a situação. Eu não vou entrar em casos específicos, mas falar de forma genérica sobre os direitos aí em relação a essa categoria, inclusiva aí. E essa lei, a Lei 13.146, que é a do Estatuto, ela chama de profissional de apoio escolar. Eu acredito que a denominação pouco importa aqui, porque aí seria um discurso de retórica, aí vai ficar chegando à conclusão se é profissional de apoio escolar ou é profissional especializado ou ser mediador, pouco importa, o que importa que haja alguém com esse perfil qualificado e que saiba realizar o processo pedagógico inclusivo. É interessante que esta Lei ela, só para conhecimento, ela não torna a figura do que ele chama aqui de pessoa portadora de deficiência, não torna ele incapaz, a figura objeto desta Lei de 2015, ela não considera essa pessoa incapaz civilmente. E, ela assegura diversas proteções a ela, e deveres como eu disse as entidades, as autoridades competentes aí. Inclusive, criminalizando eventuais condutas, criminalizando, correto, fixando multas e tudo mais. Esta Lei ela é tão, ela foi tão extensa que, ela praticamente ela fez um apanhado de todos os direitos macros, vamos dizer assim, no sentido mais amplo previsto na nossa Carta Magna, que é a Constituição Federal.

Ela trata do direito a vida dessas pessoas, trata do direito à habitação, o direito à saúde, direito à educação, objeto da Audiência Pública, ela trata disso também. Inclusive, repete o que a Constituição diz ressaltando a possibilidade de apenar em caso de violência, negligência e discriminação. Ela fala da oferta de profissionais de apoio escolar, ela fala, sabe uma expressão que eu particularmente assim não concordo? É nós

ouvimos dizer que a lei não pega. O Brasil é um país muito rico de leis e nós não podemos dizer isso. Primeiro, em respeito é essa Casa, que nós estamos na Casa Legislativa, não podemos dizer que a lei não pega, muito embora essa lei seja uma lei federal, porque seria um desrespeito a esta Casa e esta Casa está a nos servir hoje e em outras ocasiões também. Mas, nós temos que entender o seguinte: que a construção de uma lei ela é fruto de um anseio de necessidades que a sociedade precisa ver asseguradas, só que essas necessidades para serem transformada em realidade ela exige uma construção dentro de uma estrutura que nós chamamos de Estado. E, o que é Estado mesmo? Eu sou Estado, Ministério Público é Estado, a Defensoria Pública é o Estado, os secretários é o Estado, o Deputado é o Estado. Estão todos nós temos o dever de fazer isso aqui. Direito ao trabalho, moradia. Nossa, mas tem direito a tudo isso? Tem, está aqui. Reforma à Previdência, Assistência Social, tome cuidado viu! A Reforma da Previdência está avançando para mexer algumas questões relativas a essa situação aqui do Estatuto da Deficiência. Direito a cultura, esporte, lazer, turismo, direito ao transporte, mobilidade. Eu vi um senhor aí que é cadeirante, eu fico imaginando a dificuldade que é na Cidade de Porto Velho hoje, a mobilidade não é plena aqui não gente, não vamos nos enganar em relação a isso porque não é plena, nós precisamos disso aí também. Mas, não vamos fugir porque o foco hoje é a Educação, vamos nos concentrar nisso daí. Acesso à informação, comunicação, tecnologia. Direito a participação na vida política, ele pode votar e ser votado, vocês sabiam disso? Eles não são, eles não têm problema mental de acompanhar as pessoas não, eles não têm não, esse estereótipo tem que ser varrido, banido. Eles podem, é claro que há graus que os limitam, obviamente, não vou dizer que são todos que podem, mas a lei permite reconhecimento de igualdade. Isso aqui é uma máxima da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, todo mundo é igual. É claro que guardados as particularidades de cada um, você não vai botar, por exemplo, uma pessoa que é deficiente física, cadeirante para correr com um atleta americano. Então obviamente que você tem que, por isso que tem a questão das cotas, por isso que tem aquelas questões que minimizam essas diferenças para colocá-los no mesmo patamar, isso é igualdade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Dr. Flávio, mas dois minutos, eu sei que o tema é extenso, mas têm vários palestrantes.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE – Na verdade já até finalizei aqui, é só para deixar a mensagem que, toda essa construção aqui, ela não é em vão. Nós começamos a partir daqui, precisa haver isso daqui, esse papel que nós chamamos lei, lei é um mandamento geral, objetivo, ou seja, todo mundo aqui tem cumprir; o Juiz não está fora, ninguém mais está fora. Lei é isso. Então se é lei, não venha me dizer que isso aqui não pode ser implantado. “Ah! Mas, tem orçamento”. Opa! Eu tenho uma série de situações que nós vemos sugerindo não só ao Estado, Município, buscando ofertar a eles oportunidades de construir soluções alternativas. E estou à disposição não só do Município, do Estado, da Assembleia, de toda sociedade, entidades para que a gente possa sentar, conversar e construir um mundo melhor, não só para os especiais, que na verdade essa figura é

pejorativa, a gente não deve dizer isso, mas, para todos os inclusivos e todos nós aqui. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Dr. Flávio, belas palavras. O Dr. Flávio que sempre tem contribuído, nós fizemos aqui uma Sessão de Louvor e ele esteve presente e como o senhor mesmo disse, a inclusão necessariamente não é uma inserção. Então, o senhor tem sempre contribuído nesse tema, nós somos muito gratos pela sua presença.

Eu quero convidar aqui o Dr. Humberto Marques, para que faça uso da palavra, por 10 minutos.

Enquanto o Dr. Humberto Marques se direciona a tribuna, eu quero agradecer aqui a presença da Dona Adalgiza Erse, psicóloga da Escola São Pedro. Obrigado pela sua presença.

O SR. HUMBERTO MARQUES FERREIRA – Boa tarde a todos. Quero inicialmente cumprimentar o Presidente da Assembleia, Deputado Laerte Gomes; ao proponente desta Audiência Pública, Deputado Cirone Deiró; cumprimentar também a todos pela relevância, pelo engajamento na luta pela melhoria da vida das pessoas com deficiência. Eu particularmente sinto-me bastante honrado em compartilhar desse momento junto com pessoas reconhecidas pelo amplo conhecimento da causa.

O nosso foco, como bem disse o palestrante que me antecedeu, é responsabilidade municipal, estadual no âmbito escolar referente à Educação Inclusiva no Estado de Rondônia. O que vem ser essa Educação Inclusiva? Pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporâneo que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando assim a diversidades étnicas, sociais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gêneros dos seres humanos.

Essa inclusão, ela foi introduzida pela Lei 13.146, a conhecidíssima Lei Brasileira de Inclusão, Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Diz o artigo 1º, peço vênia para ler o artigo: ‘é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência destinada a assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social a cidadania’. Pois bem, esta lei, segundo o seu parágrafo único, ela foi inserida na Convenção Sobre o Direito da Pessoa com Deficiência pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 186. Então, mas, não obstante a lei federal, bastante extensa como eu disse o meu amigo que me antecedeu, ela é bastante extensa e há quem ainda conteste os seus artigos, os seus dispositivos.

Recentemente o plenário do Supremo Tribunal Federal em sessão, julgou constitucional a norma do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelecia obrigatoriedade de as escolas privadas proverem a inserção das pessoas com deficiência no ensino regular e promover medidas de adaptação. Esse questionamento, ele está inserido no artigo 28 da Lei, da LBI.

O que diz esse artigo. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”. O seu § 1º Diz o seguinte: “as instituições privadas de qualquer nível e modalidade de ensino aplica-se obrigatoriamente o disposto dos incisos de I a XVIII do caput deste artigo, sendo vedada, observem bem, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas

mensalidades, anuidades, matrículas no cumprimento dessas determinações”.

Pois bem, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN, ela ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade sobre essas questões e foi julgado pelo STF onde houve o relator desse processo foi o Ministro Fachin, e destacou o seguinte: “que a inclusão ela foi incorporada à Constituição da República como status de Emenda Constitucional, o relator salientou ainda, que embora o serviço público de educação seja livre a iniciativa privada, independente de concessão ou permissão, isso não significa que os agentes econômicos que o prestem, possa atuar ilimitadamente ou sem responsabilidade”.

O Ministro Luís Roberto Barroso seguindo o voto do relator destacou a importância da igualdade e sua relevância do mundo contemporâneo; outro Ministro que estava também nesse julgamento o Ministro Teori Zavascki ressaltou a importância para as crianças sem deficiência conviverem com pessoas com deficiência, uma escola que se preocupa além da questão econômica em preparar os alunos para a vida deve na verdade encarar a presença de crianças com deficiência como especial oportunidade de apresentar a todas.

Pois bem, recentemente, aqui no Tribunal de Justiça nós tivemos um processo, foi sobre a situação do garoto lá de Ji-Paraná que já foi dito pelo palestrante que me antecedeu, que nós tivemos uma vitória inédita, ele percorreu uma verdadeira via crucis para chegar a essa decisão. Então chegando aqui em Porto Velho do Tribunal de Justiça quem fez a defesa oral com muita sapiência com muita sabedoria, foi aqui a presente Dra. Ivani Gabriela, que está aqui eu gostaria que levantasse. Ela foi quem fez a sustentação oral por ocasião do julgamento no Tribunal de Justiça aqui em Porto Velho.

Temos em andamento aqui em Porto Velho no Tribunal de Justiça a Ação Civil Pública que é uma situação semelhante que foi concedida a liminar, entretanto, o Estado recorreu e entrou com Recurso de Agravo de Instrumento. Então, esse Agravo de Instrumento ele está pendente de decisão, de julgamento e nós enquanto membros da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, já encaminhamos, fizemos um encaminhamento para o Presidente da OAB, para autorizar membros da Comissão para que a OAB atue como amicus curiae nesse processo. Amicus Curiae é o Amigo da Corte, é a OAB participando para auxiliar, para fazer a defesa no sentido de obtermos um resultado idêntico ao que nós conseguimos com o nosso pequeno Gabriel.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Dr. Humberto, dois minutos para o senhor para a gente concluir.

O SR. HUMBERTO MARQUES FERREIRA – Obrigado. Então, em nome da OAB eu quero agradecer a oportunidade, a presença de todos vocês aqui e nos colocar à disposição na Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência para atendê-los e seguir alguma orientação se for preciso. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Nós que agradecemos Dr. Humberto, a sua presença, leve o nosso abraço ao Presidente da OAB e dizer que é uma grande honra tê-los aqui, a OAB sempre que convidada, tem participado aqui das nossas

Audiências e tem trazido aqui nestas Audiências, grandes temas e vocês estando presente, defendendo na maioria das vezes o povo. Muito obrigado pela sua presença. Eu quero aqui convidar Excelentíssimo Senhor Dr. Marcelo, da Promotoria para fazer uso da palavra.

O SR. MARCELO LIMA DE OLIVEIRA – Senhor Deputado Cirone Deiró, em nome do qual eu saúdo todos os componentes da Mesa; a Senhora Flaviana, que acho que deve estar aqui, eu cumprimento a todos os familiares, amigos, parente daqueles que têm pessoas com deficiência e lutam por esta causa. A parte jurídica eu vou deixar de lado, porque eu já fui antecedido aqui pelo Dr. Flávio, anteriormente e já foi bem delineado. Mas, a causa da acessibilidade é complexa, apesar de mencionar só na parte da educação, vou falar um pouquinho antes. Não se vocês notaram quando eu vim para a Mesa, eu fiquei assim catando alguma coisa no chão. É tão complexo que nós estamos na Casa de Leis e a não ser que eu esteja enganado, não é acessível. Pelo menos na concepção que eu tenho que é da legislação federal; que acessibilidade tem que ser vertical e horizontal completa. Aqui deveria se for alguém para compor à Mesa, eu não sei como é que ele chega, tem que subir carregado, não sei como, não conseguir ou viria por trás. Certo. Mas, de qualquer jeito está errado. Porque isso demonstra a dificuldade de se fazer cumprir Leis no Brasil e fazer cumprir Leis nos aspectos meramente materiais, formais, estruturais. Eu estou aqui há mais de 06 anos brigando aqui por questão de seguranças nas escolas e ela passa, porque a segurança de incêndio, mas passa também pela questão de acessibilidade. E aí eu sempre brincava com os diretores e os gestores, se a gente não consegue colocar um extintor de incêndio, se a gente não consegue colocar, abrir a porta para ficar larga, como é que a gente vai conseguir fazer educação de verdade com as nossas crianças que são mais complexas. E aí entra a causa da educação inclusiva, porque é muito mais complexo do que o simples, da simples colocação dos extintores, simples colocação de uma rampa de acesso, é muito mais além e a resistência é muito maior. Por isso que o Dr. Flávio, que está aqui já falou sobre essa parte. Eu faço a opção, quando eu falo eu, é o Ministério Público, nós fazemos a opção do diálogo, porque não adianta nós partimos para acionar o Poder Judiciário toda vez que existe uma resistência no cumprimento das leis, seja para colocar o livro em Braille, seja para colocar o profissional, o tradutor de libras, seja para colocar aquilo que o Dr. Flávio falou que é o básico e que não resolve que é o Cuidador. Infelizmente na nossa legislação estadual, a única pessoa que tem lá é o Cuidador, esse que ele falou que vai só carregar o menino para lá e para cá e não resolve muito no aspecto da educação. E aí entrando já direto naquilo que é o foco da Audiência Pública; responsabilidade municipal, responsabilidade estadual. Aos municípios, pela divisão da LDB e depois por uma divisão feita internamente com o Estado, num chamado: reordenamento. Ficou a educação infantil e ensino fundamental, primeiro segmento para os municípios; ensino fundamental, segundo segmento e ensino médio para o Estado. Então, quais são as responsabilidades do município? Primeiro, oferecer creches, no oferecimento de creches, conforme a recomendação do Ministério Público, preferência as crianças que tem deficiências.

Porque está no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Então, se é especial em relação ao ECA, ela tem que ter preferência. Essa semana inclusive eu estava discutindo com o Secretário Municipal de Educação, sobre isso, para fazer inclusive a chamada escolar separada das pessoas com deficiência, depois fazer as outras vagas; porque ele tem uma técnica lá de retirar alguns alunos para facilitar o professor, três alunos de cada sala, três, quatro alunos de cada sala, cinco agora? Cinco aluno de cada sala. Então, como faz isso, depois ficava muito complicado que depois que efetuavam as matrículas e que saberiam quantos alunos com deficiência tinham, quantos iam ter que sair e acaba complicando, aí eu já fiz sugestão para alterar a chamada escolar e primeiro fazer as pessoas com deficiência, as crianças com deficiência. Então, obrigação dos municípios: oferecer creches, por quê? Porque primeiro é direito da educação, está na Constituição a partir da creche. Depois, eu não vou falar nem de direito, eu vou falar de economia para poder falar em alguns aspectos quando fala de dinheiro, de Jeffrey Sachs, que é um economista americano, neoliberal a critica maior a ele é essa neoliberal, mas, ele fala: o investimento a educação, o investimento nas pessoas, o investimento nas crianças da primeira infância até os três anos, é tão ou mais importante que o investimento na infraestrutura. É bom citar ele, porque ele é economista neoliberal, ou seja, está preocupado com dinheiro, ele não está preocupado muito com as pessoas. Mas, porque isso especialmente na educação inclusiva? Porque as ligações, os neurônios, a capacidade de desenvolvimento intelectual de cada criança é desenvolvida é nessa primeira fase, até os três anos, uma criança dita regular sim, uma criança com uma doença, ou uma enfermidade ou com algum tipo de síndrome, mais ainda; o que nós conseguimos desenvolver com ele até os cinco, seis anos, muitas vezes é aquilo que vai estabelecer a sua aprendizagem para o resto da vida. Então, a obrigação do município é essa, olhar para a creche, olhar para o ensino infantil, fazer a inclusão dessas crianças o mais cedo possível, seja porque elas vão ter maior capacidade de aprendizagem, seja porque elas vão ter mais capacidade de ligação neural, e isso desenvolveria o seu cérebro, seja porque a partir desse momento, aquela visão da educação com perspectiva inclusiva da criança ter um espelho nas outras crianças já se antecipar, das crianças reconhecerem as diferenças como a Marxlene aqui falou, de outras pessoas quanto mais cedo, mais cedo você olha mais cedo se aprende. Então, a obrigação dos municípios é essa, é claro com toda adaptação, com as salas de multimeios, com atendimento especializado, o atendimento complementar, mas, o foco tem que ser esse; educação infantil e creche. Então, se fosse para deixar a mensagem para os municípios é essa. Para o Estado que está com segundo seguimento do ensino fundamental e ensino médio. Vamos colocar, a criança entrou com dois anos na creche, foi desenvolvendo, chegou até ao final do primeiro seguimento, aí vai para a escola estadual. E hoje o que acontece? O Estado tem menor estrutura que os municípios nessa perspectiva, sequer tem a figura do professor auxiliar, professor assistente, está apenas, na Lei apenas com o Cuidador, e ainda assim, nunca teve concurso apesar da Lei ser de 2012. Então, nós temos que urgentemente modificar a Lei, isso depende é claro do Estado, e essa pode ser uma indicação aqui da Audiência

Pública, ao Senhor Governador, ao Professor Suamy, como Secretário de Estado da Educação, de fazer essa proposta.

Além disso, eu já fiz não só propostas em reuniões, mas, já propus uma ação civil pública em que reaproveitem os professores readaptados. A ditadura militar com diversos erros, diversos equívocos, tem diversos acertos. Uma Lei da Ditadura Militar, falava dessa questão, antes de fazer concurso, vamos reaproveitar as capacidades daqueles que estão lá. Então, nós temos professores que não conseguem mais lecionar apesar de terem aquilo como vocação, problemas às vezes físicos, muitas vezes na coluna, problemas nas cordas vocais, porque eles como eu, porque eu leciono também, eu só leciono gritando, eu sei que está errado, mas, eu sei que gera esse tipo de problema, às vezes problema de depressão, síndrome do pânico, e estão sendo readaptados e colocados muitas vezes lá nas bibliotecas das escolas, encostados. Eu fui a uma escola, sem exagero, tinha cinco professores dentro da biblioteca, todos readaptados, porque não sabiam o que fazer com eles, ficavam nas escolas. Então, quando o Dr. Flávio, falou aqui do orçamento, a gente tem que ser criativo, aqui eu vou até elogiar o Município de Porto Velho, que ano passado, aprovou uma Lei, com uma gratificação para quem fosse trabalhar como professor auxiliar, como Cuidador, para direcionar esforços nesse sentido, então, mudou um pouquinho. Então, em Estado, o que eu já fiz em recomendação, e agora está em Lei, essa que foi falado aqui que está no Tribunal de Justiça, é de que se reaproveitem professores. Eles tinham um sonho, eles tinham um sacerdócio de contribuir com a educação e a saúde, não permitiu. Aí eu fui falar isso uma vez para um gestor, ele falou assim 'ah! Mas quem disse, quem garante que o professor quer voltar para sala de aula? Muitas vezes ele quer se esconder. Aí eu falei: você que é professor está duvidando de todos os outros? Você não pode fazer, generalizar. Aí eu falei: Então vamos lá, vamos reaproveitá-los, vamos fazer cursos de adaptação para esse Professor Auxiliar, e aí ele vai ter, resgatar aquilo que ele perdeu, porque ele ao invés de dar aula para 35 alunos, 45 alunos, ele vai ajudar o Professor às vezes a cuidar de um aluno com Autismo, de um aluno com Síndrome de Down. Nós temos que ser criativos. Nós temos que, realmente, buscar a solução dos problemas. Porque apesar de não estar na Lei, pela minha experiência, acredito que o Professor Auxiliar é essencial para a fase do Estado. Por quê? Porque no município a escola é pequena tem um ou dois Professores, apesar de pedagogicamente, todas as vezes que os professores me criticarem, os pedagogos me criticarem, mas a realidade é essa, eles ainda chamam os professores de tia e de tio. Esta vinculação afetiva é importante, a criança tem uma dificuldade de aprendizagem, tem uma dificuldade de comportamento, de lidar com os outros colegas, os colegas lidarem com ele, mas como ele tem uma figura que ele conhece e confia, ele se sente mais à vontade. E normalmente a professora realmente conhece pelo nome e fala, já conhece todas as dificuldades, com o trabalho bem feito não só de inclusão, mas de o que eu prefiro falar: acolhimento, que não é educação inclusiva, é educação acolhedora. Eu vou falar rapidamente depois sobre isso, a educação acolhedora. Quando a criança é a acolhida na Escola a Professora ela conhece a criança pelo nome, sabe das dificuldades dela, sabe o horário dela, que às vezes, tem uma escola aqui perto de uma igreja católica que funciona

dentro, que toda vez quando acaba o intervalo a criança não volta para a sala de aula, ela vai lá para o jardim, porque a idade mental dela é das crianças de jardim, ela se cansa de estar no 2º ano. Então ela faz o primeiro tempo, a primeira parte da aula com a sala dela, e o segundo tempo na outra sala. E a Professora entende isso, as duas conversam, está resolvido. Quando chega no Estado é mais complexo, são 08, 10 professores e, aí, vai ser muito mais difícil. Aí, talvez, é uma questão minha de experiência, isso não está na Lei, por isso que eu não posso nem colocar como ação, mas é um direcionamento de que é mais fácil você ter, às vezes, um Professor Auxiliar que tenha esse foco, que tenha esse contato, que tenha esse contato próximo, afetivo com a criança, para que dê segurança. As crianças com autismo muitas vezes, ela, qualquer alteração no ambiente já torna ela, ela fica irritada, desde o barulho diferente a uma voz diferente, e se ela tem alguma coisa que lhe dê segurança, que lhe dê um ponto de apoio fica mais fácil para ela. Então isso apesar de não estar na lei é algo que eu vi na experiência. Então, para concluir em termo de encaminhamento, para os municípios creches com chamada especial para crianças com deficiência, imediatamente, preparar já agora a partir do nosso mês de junho, para não dizer que está em maio, para junho, para em 2020 ter isso. E para o Estado reaproveitar os professores, readaptá-los, com foco para Professores Auxiliares, porque eu não vejo nenhum outro tipo de solução para que não passe por esse Professor Auxiliar. Esse professor... Eu esqueci o nome que o Flávio deu aqui, que não me importa o nome. Inclusive na ação da ação civil pública que eu entrei, eu falei o seguinte: Professor Auxiliar, Monitor, ou qualquer outro nome, que queiram inventar. Porque não importa o nome da rosa, importa que é uma rosa. E foi isso, até coloquei isso lá na ação. Porque se eu colocasse Professor Cuidador, Professor Auxiliar iriam dizer: ah! Professor Assistente. Se eu colocasse Assistente iam dizer: ah! É Monitor, se eu colocasse... Então eu falei assim: qualquer que seja o nome que dê, mas aquela pessoa que vai dar um apoio pedagógico ao professor em sala de aula orientando, acompanhando, tendo uma relação de afeto, aprimorando o acolhimento que tem que ter, para uma pessoa, uma criança com deficiência. Então esse seria o meu encaminhamento, deputado. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Dr. Marcelo.

O senhor sempre prontamente atende ao nosso chamado, nosso convite, obrigado.

Eu quero agradecer aqui, também, a presença da Senhora Ana Paula Johnson, representando a Coordenadoria Regional da Educação em Porto Velho. Quero agradece aqui também a presença da Professora Odete Alice da UNIR, está conosco aqui.

Da Senhora Neide Alexandre Diretora Pedagógica da ACE Libras. Obrigado pela sua presença.

Eu quero convidar o Dr. Raphael, Procurador da República do MPF para usar a palavra.

O SR. RAPHAEL LUIZ PEREIRA BEVILÁQUA – Boa tarde. Eu queria cumprimentar o Deputado Cirone, em nome de quem cumprimento toda a Mesa; Cumprimento também o Plenário que está bastante recheado de pessoas que são beneficiárias, diretamente beneficiárias das políticas públicas, que estão se

tentando implementar. E que na verdade é o objetivo desta Audiência Pública. Vim cá saber quais são as dificuldades e as possibilidades para que Município e Estado encaminhem as previsões da Constituição, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do PNE.

A primeira questão que eu gostaria de ressaltar e, na verdade, talvez seja essa contribuição que eu possa trazer para o debate, que na verdade eu achava que até o mais importante é ouvir os beneficiários da Educação Inclusiva sobre quais as dificuldades que eles enfrentam. É dizer que se a gente olha para Mesa e para o Estado que somos nós, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, o Executivo, Ministério Público, a gente vê pessoas comprometidas, vê pessoas que, enfim, estão preocupadas com a questão, mas em sua maioria e isso não se limita apenas ao tema da Educação Inclusiva, são compostas de homens brancos, que lidam com questões de gênero, raça e inclusão sendo que eles mesmos não são destinatários das políticas públicas. Então, a gente tem que ter, por exemplo, o ideal numa sociedade realmente inclusiva, é uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista na Assembleia Legislativa como deputado e tratando destes assuntos, tem que ter uma pessoa com deficiência auditiva, uma pessoa com dificuldade de locomoção. Enfim, essas pessoas têm que ter acesso aos cargos de poder, não apenas para tratar as questões dela, mas porque elas são parte da sociedade e a sociedade tem que estar inteiramente representada, se a gente tem essa configuração da Mesa hoje, é porque o Estado historicamente tem falhado com o seu papel.

E, aí eu vou falar óbvio, a gente usa o termo 'inclusiva', que a gente tem que incluir. Mas é porque, na verdade, o Estado antigamente ele excluía, hoje ele ainda exclui, está tentando se corrigir. A gente tem um Estado que não representa a sociedade como um todo e essa na verdade, foi a principal mudança de visão que possibilitou a criação e a inclusão da Educação Inclusiva e das pessoas com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista ou com habilidades especiais para o ensino regular. Isso é fundamental por dois motivos: não só para os beneficiários da política pública, porque em última instância, hoje em dia a gente percebeu que a classificação tanto de pessoa com deficiência, ela tem que ter um aspecto para além do aspecto médico, a gente não lida mais, a gente tenta hoje, inclusive é uma guerra com diversas estamentos da sociedade, diversos setores do poder público, até com o Executivo, com o Judiciário e dentro do Ministério Público para evitar classificação disso como doença. A gente não, as deficiências ou os Transtornos do Espectro Autista, na verdade, representam a diversidade da nossa sociedade, são pessoas com deficiência porque essa deficiência existe não por culpa delas, mas por culpa do Estado que não está preparado para a diversidade da sua própria sociedade. Então, a gente tem um Estado que contém essas pessoas, essas pessoas com essa diversidade corporal, essa diversidade sensorial e esse Estado não se prepara para elas. Então hoje, a gente tem um conceito biopsicossocial de deficiência. A deficiência existe porque o Estado não é inclusivo. Então a escola, a escola ela tem que estar preparada para receber essas pessoas e as pessoas que estão na escola acabam se preparando e aprendendo que a sociedade é muito maior do que aquele espectro limitado, que é o das pessoas para quem

a sociedade se preparou historicamente, que são aquelas que nasceram com corpo ou com a percepção sensorial de uma determinada maneira que se convencionou chamar de normalidade. E, a normalidade, na verdade, é que existem diversas pessoas com diversas percepções e capacidades da realidade. Então, passando a diante disso, óbvio que a gente tem aqui pessoas que lidam com esse trabalho diuturnamente, temos pessoas que têm filhos nessa condição, tem o Doutor Marcelo que recebe e trabalha diariamente com as demandas da Defensoria Pública, os gestores públicos têm uma visão macro. Mas, eu acho que a gente precisa introjetar na ideia, nas mentes, nos corpos e nos corações das pessoas de que, a gente não está fazendo um favor ou dando um benefício para essas pessoas, na verdade a gente está reconhecendo um erro histórico, o erro de que a sociedade não está preparada para o que ela é, a sociedade inclui todas essas pessoas, a sociedade são essas pessoas e a partir disso, as políticas públicas, os erros indicados pelo Marcelo especialmente, sobre como deve ser feito, as conferências internacionais, as conferências regionais incluindo pessoas com deficiências, transtornos de espectro autista e etc., que fazem as definições, definições de nomenclaturas, definições de políticas públicas. Essas necessidades foram incorporadas nas leis, na Lei de Diretrizes e Base da Educação, foi incorporada no PNE, determinam que essas políticas públicas sejam implementadas. Eu, inclusive li uma matéria no Diário da Amazônia que o Dr. Marcelo fazia, deu a entrevista inclusive, falando sobre os problemas vivenciados. Existe uma ACP sobre a criação do cargo de professor auxiliar e etc., mas, essa é uma mora do legislador, uma mora do Executivo na implementação que pode ser suprida, já que a gente está na Casa de Leis, já que a gente tem um posicionamento do Ministério Público, uma determinação constitucional e legal para que se faça uma proposta legislativa para isso, inclusive, eu cumprimento, acho que foi o Dr. Cirone que trouxe uma lista de encaminhamentos que uma das propostas é a criação do cargo e esse encaminhamento é fundamental, a gente está na Casa de Leis, é para isso que ela serve e se a partir disso a gente pode construir esse cargo e beneficiar, enfim, incluir as pessoas que historicamente estão excluídas, a gente vai caminhar adiante, e no dia que a gente tiver aqui um Procurador da República ou uma Procuradora da República ou um Deputado ou uma Mesa mais diversa do que a gente tem hoje em dia composta, a gente vai saber que alcançou os ideais da Educação Inclusiva. É esse o meu posicionamento. Agradeço o convite, aqui é uma oportunidade para que a gente ouça esses problemas, gostaria, inclusive, de ouvir mais, fazer os encaminhamentos e para que as pessoas que dependem da Educação Inclusiva possam dizer para o Estado como os seus direitos estão sendo violados e qual a melhor forma de reparar esses direitos. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Dr. Raphael pela contribuição. Realmente o Estado tem que fazer o papel dele e esses encaminhamentos que estamos fazendo, algumas coisas tem que vir do Executivo, a Assembleia não pode fazer despesa, mas, aí nós estamos convidando o Executivo para sentar com a Assembleia, com o poder público em geral, para a gente estar encaminhando isso.

Eu quero convidar para a nossa fala agora a Claudete Neves, representando aqui a Coordenadoria da Educação Inclusiva do IFRO.

A SRA. CLAUDETE NEVES – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar na pessoa do Deputado Cirone Deiró, trazer também o cumprimento do nosso Reitor, do Instituto Federal de Rondônia, professor Uberlando, muito satisfeito com esse convite, infelizmente devido a uma agenda não pode estar, mas, pediu para que eu fosse porta-voz de uma fala breve, mas, essencial, quando nós pensamos no objetivo que aqui estamos discutindo sobre essas responsabilidades. O Instituto Federal de Rondônia vem como corresponsabilizador, na verdade como colaborador e com a participação na responsabilidade municipal e estadual, especialmente da Educação Inclusiva. Só para a gente entender um pouco mais sobre o papel do Instituto Federal de Rondônia, nós hoje temos dentro dos institutos federais, nos Campi, o NAPNE, que é o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. O NAPNE, ele tem dentro da sua composição a equipe multiprofissional e nós temos os psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros e essa equipe, ela ajuda nessa inclusão desses alunos que são matriculados no Instituto Federal, como exemplo de êxito, nós temos hoje atualmente um aluno fazendo pós-graduação na disciplina, aliás, na metodologia de Matemática, em Vilhena; temos também alunos que estão fazendo curso técnico, uma aluna surda, nós temos no Campus Calama, aqui em Porto Velho; temos duas alunas cegas que fazem o curso de Ciências Biológicas, em Guajará-Mirim. Então, são pessoas que têm deficiência e que encontram no Instituto Federal de Rondônia a possibilidade da sua emancipação profissional e consegue com isso abrilhantar ou vislumbrar o seu desenvolvimento social plenamente, através da oportunidade no mercado de trabalho.

Então, o Instituto está para colaborar e nós temos dentro desse Instituto uma política de inclusão tanto na sua situação enquanto pessoas, enquanto profissionais, na sua formação também quanto na sua acessibilidade na relação ao aspecto físico das suas estruturas. Nós não estamos na excelência, mas estamos caminhando para isso. E para isso nós temos dois Projetos Políticos que nós estamos desenvolvendo dentro do Instituto para que possa se ampliar e possa fazer com que mais pessoas com necessidades específicas possam estar dentro do IFRO estudando e buscando a sua ascensão social. É isso que nós temos por hoje, nós agradecemos a participação.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado pela participação da senhora Claudete, muito nos honra aqui na presença do IFRO.

Eu quero aqui também agradecer a imprensa que está aqui presente e dizer a todos vocês que essa Audiência está sendo transmitida ao vivo e eu tenho até, vou pedir desculpa, vou ressaltar alguns comentários que nós temos aqui da Márcia Gomes: “nós, nossas Escolas Indígenas Suruí precisa de Professor de Intérprete”. Outro comentário: “temos 11 alunos com necessidades especiais, baixa surdez, média surdez, entre outras, e há 10 anos estamos pedindo Mediador e não conseguimos”. Então assim, ver a relevância dessa Audiência que as pessoas, realmente, acompanham.

Eu quero aqui convidar para fazer o uso da palavra representando o Terceiro Setor a Giuci Fulco.

A SRA. GIUCI FULCO – Boa tarde! Na pessoa do Deputado Cirone eu quero cumprimentar todas as autoridades. Eu vou ser bem breve porque eu acho que assim, o Procurador do Ministério Público Federal foi bem feliz, eu acho que a Audiência Pública é para ouvirmos as necessidades, principalmente, do público que está diretamente afetado por essa realidade e o auditório está se esvaziando, eu acho que, talvez Deputado, uma sugestão para a próxima Audiência, a primeira palavra tem que ser para a principal autoridade, que são as pessoas beneficiárias, sem desmerecer todas as autoridades presentes na Mesa, mas eu acho que a gente precisa ouvir diretamente essa população que está invisível, ainda hoje por enquanto melhoramos muita coisa, a gente não pode negar isso. Mas eu vou falar enquanto Terceiro Setor me incumbiu de representar as outras Instituições, eu quero aqui mencionar a Flaviana do “Grupo Mães Coragem”, as outras mães que estão aqui presentes e a Presidente da Federação das APAES representando todas as organizações que há anos lutam para fazer com que os direitos dessas pessoas sejam realmente garantidos. E se hoje temos essas Leis é porque muito se deve ao Movimento das APAES, ao Movimento da Pestalozzi, ao Movimento das AMA e de tantas outras Instituições que diariamente não só prestam atendimento na área educacional, na área assistencial, na área de saúde, mas também lutam para que os direitos dessas pessoas sejam garantidos. Muitas dessas Instituições são constituídas a partir dos pais que vivem na pele essa realidade. Aí é o que eu quero trazer hoje para a discussão, que eu acho necessário você dar a palavra para algumas das mães que está aqui presente, o meu espaço hoje eu decido, eu penso que seja melhor para elas. Falar um pouquinho da questão da diversidade, porque a gente vive na nossa, como Organizações do Terceiro Setor e temos aprendido muito que não se pode hoje olhar a pessoa com deficiência sem ter um olhar holístico e sistêmico, muitas vezes se tende a despedaçar esse ser humano em área educacional, área de reabilitação, área de saúde, área de lazer, ou seja, todas as necessidades que essa pessoa apresenta; mas esse ser humano é um ser humano único, é um ser humano único. O maior desafio que eu penso que está surgindo dessa Audiência Pública que a gente vive como Instituição há muito tempo, com Organização do Terceiro Setor é a falta de diálogo entre as diversas partes que constituem a sociedade a partir do usuário, dos familiares, dos profissionais que atuam na área e aí vão assim por diante, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, se não houver um diálogo entre todos, se não houver uma construção, principalmente, porque todo mundo sabe qual é a realidade, mas na hora da prática nós temos ainda muita dificuldade de colocar em prática de concretizar as ações que são discutidas porque as dificuldades não só financeira, mas também acho que é de prioridades muitas vezes que não são escolhidas adequadamente. A pessoa com deficiência é uma prioridade absoluta, absoluta, é uma sociedade que não sabe viver, o nosso Fundador falava isso, que uma sociedade que não sabe viver e acolher com a diversidade ela não pode se definir civilizada, nenhuma sociedade e a nossa não é diferente.

Se quisermos ser civilizados precisamos sim dar espaço

a tudo o que é diferente, a tudo o que é diverso, porque a diversidade que nos permite a enriquecer, para isso a gente precisa ter um olhar extremamente sistêmico e holístico que permita acolher essas diversidades e permita também educar para o acolhimento porque quando incluimos uma pessoa com deficiência uma criança com deficiência numa escola pública nós não estamos apenas garantindo o direito da criança, nós também estamos garantindo o direito de todos os outros alunos a ter uma escola mais humanizada, a saber, lidar com as diferenças, saber lidar com respeito e com tolerância, coisa que hoje na nossa sociedade a gente assiste que falta muito; e os professores, eu acho que sofrem primeira linha com esse tipo de realidade. E como harmonizar essas diferenças? E como educar os alunos a colher também essas diferenças, porque a escola inclusive não é apenas o professor, é toda comunidade escolar, incluindo os alunos. Uma das procuras que a gente recebe muito como organização do 3º setor, é e um serviço que eu penso que nós podemos colocar a inteira disposição do poder público. Na qualificação e capacitação dos profissionais da educação, aquilo que o Promotor Marcelo, o Dr. Marcelo estava falando; nem tudo se faz com dinheiro, se pode fazer aproveitando os recursos que nós temos a disposição, se “pensasse em dialogar”, é nos reconhecer reciprocamente. Eu acho que é possível sim partir de um levantamento e quais são os talentos, as habilidades que hoje temos em todas as Instituições aqui no nosso Estado, a partir disso eu penso que podemos construir uma proposta de capacitação desses profissionais, tanto dos professores que já atuam, quanto dos professores mediadores que tão necessários para a escola, para acolher esses alunos com deficiência. E eu fecho dizendo que o direito a educação, não é apenas o direito a educação, é também um direito a convivência comunitária, social que a pessoa com deficiência tem e não pode ser negada, não pode; não podemos correr o risco de incluir, mas ao mesmo tempo excluir, sem permitirmos, se não permitirmos que essa criança possa conviver, ter um convívio comunitário, social dentro das escolas; não fizemos inclusão escolar, fizemos apenas o cumprimento de um direito estabelecido por Lei; essa criança precisa interagir sim com todas as crianças, precisa interagir com todas as pessoas da comunidade escolar, e para isso a comunidade tem que está preparada porque muitos não conhecem. O que a gente ouve nas Instituições quando as escolas municipais ou estaduais nos procuram é ‘eu não sei lidar’. É ou não é? Eu não conheço, eu não sei como lidar com essa criança. Essa é a fala que mais ouvimos nas organizações. Portanto, deixo meu espaço para algumas das mães que estão aqui presente ou do próprio usuário com deficiência, que eu acho que seria importante poder colocar a sua, o seu ponto de vista e dizer que se não tiver esta articulação e essa integração entre todos, não pode haver uma continuidade no processo educacional inclusivo. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado a Dona Giuci Fulco. Eu quero aqui convidar a senhora Natália Carvalho, que se inscreveu para falar. Senhora Natália. Nós já tivemos aqui a recomendação do Dr. Raphael, que a gente quer ouvir a voz dos destinatários, vamos ouvir.

A SRA. NATÁLIA CARVALHO – Boa tarde a todos. Sou Natália Carvalho, mãe de surdo. Junto ao meu filho Emanuel, eu tenho vivido várias experiências, algumas boas, outras ruins. Entre as experiências desagradáveis, eu sinto uma sensação terrível do meu filho, apesar do seu esforço, sua capacidade, ele não está avançando na educação como deveria; não só pela falta da disciplina libras nas escolas, como pela falta de acessibilidade, acessibilidade no modo geral. Nesse sentido, guardo e carrego comigo bagagem suficiente para entender o coração inquieto de outras mães. Ao tentar ajudar o meu filho, descobri que a maior beneficiada sou eu mesma, pois consegui desenvolver habilidades específica para eu comunicar com ele e também com outros surdos através da libras, a língua brasileiras de sinais. A luta pela educação escolar do meu filho, do Emanuel, tem me tornado uma pessoa melhor para ajudar o próximo e muitas vezes se ver chocado por não saber como conduzir um filho que tenha surdez, e aí que a minha vivência me ajuda a contribuir e servir a quem precisar. Sinto-me bastante emocionada em saber que tenho um filho inteligente, comunicativo, o qual admiro a sua força e capacidade. E eu deixo aqui hoje um recado; nós mães sabemos que um filho normal ou com necessidades especiais é um presente de Deus, somos totalmente responsáveis por eles e pelo futuro, o futuro deles será o reflexo daquilo que estamos fazendo hoje. Por isso, peço a vocês que tem filhos com deficiência, que nos ajudem a lutar pelos direitos deles, que doem o máximo possível de seu tempo a criação do seu filho e que acima de tudo dê exemplo de determinação, coragem e perseverança, porque eles podem muito mais. Juntos, nós possamos aprender a lutar pelos direitos, pois sei quanto é difícil a isenção na sociedade especialmente na comunidade escolar. Eu peregrinei muito junto a ele por várias escolas tentando fazer com que encontrasse o seu espaço, e percebo o despreparo de muitos profissionais para receber o deficiente auditivo. Não basta ter intérprete de libras, é necessário uma equipe engajada em prestar um serviço com excelência e que haja envolvimento de toda comunidade escolar para receber o portador de necessidades especiais. Na oportunidade, eu sinto a implementação da educação bilíngue nota técnica de maio de 2011, MEC/SECAD/GABINETE que fala sobre a oferta do AEE, é fundamental para efetivação da proposta de educação bilíngue, estabelecida no Decreto nº 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 2002, garantindo no Plano Nacional de Educação na Meta 4. Eu pergunto a vocês; isso acontece no nosso Estado? No último concurso houve vagas para professores de libras, e cadê esses profissionais que não estão dando suporte no AEE? Atendimento Educacional Especializado. E mais senhores, se não tem na matriz curricular do Estado de Rondônia, essa disciplina, onde estão esses profissionais? Os anos estão passando, desde a Lei de Libras de 2002, e o que o Estado de Rondônia tem feito? Essa é a minha angústia. O Executivo, o Secretário com os seus assessores, acabaram com o CAES, Centro de Apoio ao Surdo, um dos poucos Estados que não teve interesse em manter esse Centro, foi o nosso Estado de Rondônia, que é de suma importância para ao processo inclusivo das crianças surdas. Só para informar sobre isso, pesquisa na internet sobre um documento que fala sobre orientação para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, cita a atuação desse Centro o CAES, os Centros de

Formação de Profissionais da Educação e de atendimentos as pessoas com surdez. CAES tem por objetivo promover a educação bilíngue, de formação continuada de profissionais para a oferta do AEE, estudantes surdos e com deficiência auditiva e da produção de materiais acessíveis. Foram instituídos trinta CAES, pela Secretaria de Educação Estadual e Municipal, com o apoio do Ministério da Educação. No contexto da inclusão escolar, o CAES, atua junto às salas de recursos multifuncionais, como um centro de referência e apoio ao sistema de ensino.

Então, o que esta Casa do Povo está fazendo para que de fato todo esse direito que já está no papel, se torne realidade? Eu encerro aqui e eu agradeço a todos pela oportunidade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado senhora Natália, pelas belas palavras que a senhora trouxe. E ouvindo atentamente a sua fala, eu vou dar razão mais uma vez ao senhor Dr. Raphael, nós temos que ouvir realmente os destinatários. E fez um questionamento, espero que o Secretário Suamy, tenha anotado na fala dele, se ele tem alguma resposta para essa mãe. Eu quero chamar aqui também para usar a palavra, a senhora Janaina Sampaio, que é Psicóloga e também é mãe de autista, do Vinícius, por favor, Dona Janaina.

A SRA. JANAINA SAMPAIO – Boa tarde a todos! Fiz aqui uma colinha para não deixar passar nada em branco. E eu quero cumprimentar as autoridades aqui presentes, o Deputado Cirone, que tem se mostrado um grande apoiador da nossa causa. Externar o meu grande carinho pelas entidades aqui presentes que fazem um papel impar oferecendo o que o Estado, não faz, e mais do que tudo, doam amor, possibilidade, dignidade as pessoas com deficiência. Quero lhes dizer que vocês são os grandes heróis dessa nação, muito obrigado a todos vocês. Como falei, sou Janaina, atuo como psicóloga Clínica, na área da Infância e Adolescência, e com Terapia Familiar. Mas, digo a vocês que a melhor função da minha vida, é ser mãe, sou mãe do João Vitor, de 22 anos, e do Vinícius, que hoje está com 12 anos de idade, e tem o espectro autista em grau moderado. Ele está cursando o 7º ano, a gente tem as duras forças conseguido mantê-lo em sala de aula, ele é o nosso grande mestre e atreves dele, eu mergulhei na busca incessante de tentar compreender o autismo. Não para trazer a cura, isso não nos interessa, mas para lhe proporcionar viver de forma plena e satisfatoriamente possível.

Bom. Falar de inclusão sempre é um tema muito polêmico, alguns dizem que é utópico, que na teoria é lindo, mas que na realidade da sala de aula é bem diferente do que os livros falam. E eu não culpo esses educadores que pensam assim e que muitas vezes estão desamparados e perdidos, sem receber nem um tipo de suporte psicopedagógico. Alguns, até, tem boa vontade e fazem o que é possível e impossível, e a esses devo todo louvor.

Bom, quero dizer ao Dr. Raphael que eu concordo com cada vírgula do que ele disse. Realmente a gente precisa de representatividade. E eu gostaria muito e tenho trabalhado, para que um dia o Vinícius possa estar aqui falando por ele mesmo. Hoje eu sei que eu sou a voz dele. E ele tem me ensinado a cada dia crescer e buscar ser um ser humano melhor. Mas eu quero usar esse espaço para pensarmos em

medidas práticas, que possam sair do papel, pois, não dá mais para lidar com essa realidade deprimente, que é a falta de estrutura e de profissionais de apoio habilitados para atenderem os alunos Autistas e com deficiências nas escolas.

Aqui já se falou muito de leis, mas eu vou enfatizar novamente o que fala o Artigo 3º da Lei 12.764 de 2012, que é bem clara: 'o aluno Autista incluído nas classes comuns de Ensino Regular terá direito a acompanhante especializado.

Reitero: 'especializado'. E pergunto a vocês: Qual dos profissionais que estão com seus filhos tem a formação e a capacitação técnica, necessária, para ajudá-los no seu processo de desenvolvimento? Acredito que nenhum. Então firmemente bato na tecla contra o capacitismo, e digo: 'nossos filhos não precisam de cuidadoras e não estão em colônias de férias e nem passando o tempo na escola'. Aquele ambiente precisa ser um espaço que proporcione inúmeras possibilidades de aprendizagem, que seja um espaço para aperfeiçoar suas habilidades de perceber, sentir, criar, imaginar, experimentar experiências que façam desabrochar talentos. Eu não estou dizendo aqui que tem que surgir um 'Iron Man', ou uma 'Temple Garden', simplesmente penso que todos sem exceção podem aprender na escola, algo funcional e importante para sua vida, seja no campo cognitivo, comportamental ou social. Admito que apesar de todas as falhas e lacunas persistente no processo inclusivo já caminhamos bastante. Houveram tempos horrorosos, pessoas eram enclausuradas, impedidas de viver em sociedade, mas graças ao empenho de pessoas com um olhar humanizado, inclusivo, leis foram surgindo. Aqui como se falou anteriormente pelas autoridades, temos a Lei 12.764 de proteção ao direito das pessoas Autistas e a LBI, que é uma lei de acessibilidade mais ampla da nossa Constituição, e ela é perfeita. Mas se elas existem porque estamos aqui brigando por isso? Por que não conseguimos fazê-las dar certo? E eu que um dia levantei a bandeira da inclusão, dizendo que meu filho tem que estar na escola custe o que custar. Que a gente tem que fazer cumprir as leis, me vi sucumbida. Preciso pagar uma mediadora para o meu filho estar na escola. Sendo que é garantido por lei que ele tenha acesso à educação como cidadão de direito. Mas você sabe por que isso acontece? Porque não tem ninguém que está realmente preocupado com o desenvolvimento dos nossos filhos. A gente vai atrás, luta, busca as autoridades competentes, os órgãos, mas a demora é muito grande e a gente não pode perder tempo. Não posso ficar esperando seis meses de um ano letivo em casa, meu filho não pode ficar esse tempo todo em casa, esperando até que se designe algum professor para acompanhá-lo. Também não consigo cobrar de uma escola particular que acolheu meu filho com tanto respeito, mas que infelizmente, sobrevive de mensalidades. Então a minha proposta como mãe e como profissional que lida com a realidade do dia a dia da pessoa com deficiência, trouxe algumas soluções. Vão se concretizar? Não sei. Mas eu quero deixar aqui registrado o que eu penso que pode ser feito. E eu digo não a base de migalhas. A gente chega de jeitinho. Ai faz assim, faz acolá, pega não sei não sei quem o professor que está lá sem trabalhar. Não. A gente precisa de investimento de verdade. A gente está cansada só com esse jeitinho brasileiro, não é, como se não, eles não pudessem, não pudesse acontecer a inclusão. A inclusão é possível. Então eu penso que o que a gente pode fazer? Investimento em

qualificação profissional, isso é básico; abertura de concurso público para profissionais com formação em Educação Especial, para serem mediadores em sala de aula, não é cuidadores, não é não a moça da cantina, da portaria, sem querer desqualificá-los, mas a gente precisa, nossos filhos precisam de profissionais, realmente, aptos a trabalhar com eles. Precisamos da criação de equipe especializada para planejamento individualizado dos alunos; equipe multidisciplinar para apoio técnico aos professores; e um programa de incentivo fiscal as escolas particulares; e cumpridas às normativas da lei. Essas no meu ponto de vista, essas ideias, seriam a cereja do bolo. E aquilo que eu sonho todos os dias para o Vinícius e para as outras pessoas com deficiência. Eu acredito que os pais também que estão aqui me assistindo, também, almejem por isso.

Bom, quero trazer outro ponto que é muito relevante, talvez, não seja o caso de se tratar aqui, mas que eu penso que é urgente é de saber concursos públicos para suprir a necessidade de médicos especialistas. Nossa região tem apenas dois neuropediatras para atender toda a população de Porto Velho e municípios próximos. Então a lista de espera chega a ser de 06 meses a 01 ano. E, se existe algo que é fidedigno em relação ao autismo é o diagnóstico precoce, pois quanto mais cedo for detectado, melhores serão as condições do desenvolvimento dessa criança. Eu falo de neuropediatra, mas também é importante que essa força tarefa de levantar sintomas possa acontecer ainda das primeiras consultas médicas com os pediatras. Então, eu conclamo que as universidades possam trazer na sua grade curricular disciplinas específicas de avaliação e intervenção do Transtorno do Espectro Autista. Que leve também essas disciplinas mais específicas para todos os cursos de educação e saúde, pois é inadmissível que profissionais saiam totalmente despreparados das academias para lidar com essa demanda e que faça de nossos filhos cobaias experimentais e, além de tudo recebam por isso.

Bom, só para encerrar, infelizmente não temos dados estatísticos de prevalência do autismo no Brasil, mas segundo a ONU 1% da população pode ser autista e esses números vêm crescendo ano após ano. Não sabemos ao certo as causas, mas eles estão aí e não pode ser tratado como invisíveis pela sociedade. Nem podem ser vistos como coitados ou doentes, como bem disse o Doutor Rafael, "são sujeitos biopsicossociais", são pessoas que sentem, têm vontades e desejos, compreendem mais do que imaginamos, esse autista que é discriminado é importante e ele é o amor da vida de alguém e merece muito mais do que estar escrito em um pedaço de papel, merece reconhecimento. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado à senhora, dona Janaína Sampaio. Eu quero convidar o Defensor Público Dr. Sérgio Muniz para fazer uso da palavra.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES - Boa tarde a todos. É com muita honra que a Defensoria Pública comparece a esta Audiência Pública capitaneada pelo Deputado Cirone Deiró, no qual eu cumprimento todos os parlamentares e também cumprimento o Presidente da Casa, o Deputado Laerte. Para que a gente não se prolongue demais, eu vejo que como eu

fiquei por último, eu percebo que o tema foi bem colocado, seja nas palavras do douto magistrado que colocou toda a questão legal, nas palavras do promotor de justiça que abordou questões de ordem prática, assim como do colega Procurador da República, meu conterrâneo Doutor Raphael, que falou questões de natureza de inclusão e nós, na verdade, devemos ouvir vocês. Eu enquanto Defensor Público, eu não tenho uma atuação específica na área de Educação como possui o Doutor Marcelo do MP, a minha titularidade é de Primeiro Atendimento, eu sou Coordenador do Primeiro Atendimento da Capital, que faz o atendimento inicial de todas as pessoas que procuram a Defensoria, dos mais variados temas. E, eu, sobre esse tema específico de Educação, eu entendo que essa Audiência Pública, Deputado Cirone, é algo extremamente relevante, é um tema que tem que ser falado, tem que ser debatido. Eu fico muito satisfeito de ver a sociedade civil organizada pleiteando e pressionando esta Casa de Leis e o Poder Executivo, o papel da sociedade é esse, nós estamos aqui para servir vocês. Eu não sou Defensor Público, eu sou servidor público antes de tudo e estamos aqui para servir vocês. A única questão que prática, que eu quero levantar aqui, que eu acho até que já foi levantado pelo Doutor Marcelo, mas eu gostaria de colocar um ponto sobre o qual eu percebo no meu dia a dia, é o seguinte Dr. Marcelo, a inclusão pelo que sabemos, ela está devidamente positivada, nós temos legislação para garantir os direitos, só que na realidade senhores e senhoras, nós ainda estamos discutindo. Essa semana mesmo, minto, semana passada, eu assinei ofício para o Secretário Municipal de Educação, para garantir vaga em escola que seja próximo à residência de domicílio do menor. Sábado agora, eu fiz um atendimento itinerante junto com a defesa civil municipal numa comunidade Ribeirinha, a grande reclamação deles, Dr. Marcelo, a comunidade de São Carlos, acredito que o senhor saiba disso, a grande discussão, a grande reclamação deles é que a escola que funcionava naquela localidade foi destruída completamente no ano de 2014 por conta das enchentes, uma escola construída de madeira, não era sequer de alvenaria, a lancha, o barco que fazia o transporte de crianças não faz mais o transporte desde 2017 e até sábado, hoje é dia 27, sábado dia 25, até o dia 25 deste mês, as crianças daquela localidade, veja bem, eu não estou colocando aqui crianças com necessidades especiais, é o básico, essas crianças até sábado, Dr. Marcelo, estavam sem estudar. O ano letivo dessas crianças ainda não começou, por incrível que pareça. Então, eu acho que o nosso grande desafio aqui, senhoras e senhores, membros da sociedade civil organizada e demais autoridades da Mesa, é encontrarmos uma forma de incluir todos nesse processo. Eu estava conversando ali, por acaso, sentei do lado do Dr. Augusto Pellucio, onde ele estava me ilustrando, me falando a respeito de números, o custo do aluno particular, custo do aluno da escola pública, custo de um aluno da universidade, de um instituto federal. Eu acho que nós enquanto membros da sociedade, precisamos debater e debater tudo isso, porque se a gente quer garantir e devemos garantir o direito de todos nessa inclusão, não adianta a gente querer fazer leis, editar normas que vão acabar sendo vazias, porque não temos o orçamento, o gestor chega e fala: "olha, está aqui, não tenho como pagar!". Precisamos enquanto sociedade rever isso,

repensar tudo isso para que de fato possamos incluir todos e todas independente de sexo, raça ou qualquer outra situação específica e peculiar que existam.

Eu acho que era isso que eu tinha para acrescentar nessa audiência pública e mais uma vez, Deputado Cirone, agradeço o convite realizado à Defensoria Pública do Estado. Muito Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Dr. Sérgio pelas palavras. Nós também somos gratos pela Defensoria ter atendido o nosso convite e como o senhor salientou, aqui é a casa do povo, é aqui que dá voz ao povo, é aqui que estão eleitos os seus representantes, e, a sociedade, aquelas necessidades que a sociedade vê que está sendo prejudicada, que não está sendo atendida, que os entes públicos não estão atendendo, é aqui que tem vir para a gente conclamar, o Estado para estar presente ouvir vocês e dá voz a comunidade.

Eu quero convidar aqui a D. Hilda Salvático, Presidente da Federação das APAES do 3º Setor, que tanto faz por este Estado de Rondônia, eu posso citar como exemplo lá nosso município o CERNIC, que tem poucos convênios com o Estado, mas trabalha ali com doações de empresários, da própria sociedade.

A SRA. HILDA SALVÁTICO – Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, um nome complicadíssimo, não é só o senhor que tem esse nome complicado aqui não, tem mais deputados, parece que nesta legislatura, apareceu meia dúzia com os nomes realmente complicados. Eu quero em nome do Secretário Professor Suamy cumprimentar os demais membros desta Mesa, e em nome da companheira Giuci, cumprimentar as mulheres que aqui estão presentes, em nome da companheira Marizete, cumprimentar todas APAES. E dizer que é com muita alegria e satisfação que nós estamos apresentando este ano pela segunda vez aqui em uma Audiência Pública, comunicada e chamada pelo senhor Deputado. A gente fica assim bastante sensibilizada e eu quero aqui antes de iniciar a minha palavra, lembrar um refrão do companheiro Humberto, há anos, quando nós nos encontrávamos numa reunião no interior do Estado, que as nossas reuniões são grandes, viu Deputado, senhores componentes da Mesa, são mais de 400 pessoas, que realmente nós temos uma classe bastante unida e que fazemos realmente um trabalho envolvido em prol da pessoa portadora de necessidades especiais, são elas os verdadeiros motivos de nós estarmos aqui hoje, são essas pessoinhas que muito precisam de nós. E naquela oportunidade, o companheiro Dr. Humberto dizia: nós temos que ser como as florestas, ficamos unidas quando vem uma tempestade, um temporal nós precisamos abraçarmos umas as outras para não cairmos ao chão, é isso que nós estamos aqui. Muito bem falou a minha companheira aqui da Casa Rosetta quando ela disse: "quem está realmente interessado somos nós que conhecemos de perto o problema social das nossas crianças" e sem falar que a discriminação começa na família e depois vem na sociedade. A família é a primeira discriminar o seu portador de necessidades especiais e somos nós que trabalhamos com as escolas especiais e que fazemos a verdadeira inclusão, é que realmente incluímos os filhos de vocês, porque eles não vão lá para ficar andando nos corredores

ou só para comer ou para brincar ou assistir televisão. Lá nós temos todo tipo de atendimento, inclusive Deputado, eu gostaria que a próxima Audiência se fizesse presente aqui também a Secretaria de Saúde porque a Secretaria de Saúde também é uma parceira e nós temos hoje a parceria do Estado, nós não podemos negar que a Secretaria de Educação não está contribuindo com as nossas escolas, está sim Secretário Suamy, são vocês que liberam os nossos profissionais. O que seríamos de nós se nós não tivéssemos recursos humanos. Hoje nós recebemos R\$ 55,00 a per capita por aluno e através desse dinheiro é que nós fazemos o transporte escolar, é através desse dinheiro que nós compramos, reformamos as nossas escolas e muitas vezes ampliamos. E aqui eu quero ser Secretário, em nome de todos pedir que seja ampliado esse valor porque nós iniciamos com apenas R\$ 15,00 na época do Governo Bianco e depois nós fomos conseguindo ampliar e hoje está R\$ 55,00 a per capita. Somos sabedores que vem o dinheiro do FUNDEB para a Educação Especial, vem o dinheiro do MEC e nós somos sabedores que 60% é para o pagamento dos nossos profissionais da Educação, mas os outros 40% é para ser investido, investido em equipamentos e ampliação e especialmente no Ensino Especial. Somos sabedores também quando se fala em inclusão quando nós temos os nossos, as nossas Olimpíadas Especiais só quem está lá são as APAE, as Entidades Congêneres, CENE, Pestalozzi e outras escolas que trabalham porque as escolas regulares de ensino não preparam os filhos de vocês para que eles possam participar das nossas Olimpíadas e dos nossos festivais que nós fazemos, e dos nossos Congressos.

Quero aqui também falar que os nossos professores são especializados nos preparamos nossos professores, nós reciclamos, eles vivem fazendo cursos. É muito fácil colocar qualquer pessoa, monitor para cuidar do filho de vocês que não conhece nada e não tem nenhum carinho para dar a essas crianças.

Certo dia uma amiga minha que tem um filho autista muito grave, ela chegou à escola e a monitora estava sentada no chão e nem sequer estava falando com o filho dela, ela disse: "se é para o meu filho ficar sentado no chão, a monitora ficar olhando de longe, isso eu tenho a babá em casa que já faz". Então tem que ter monitores especializados, tem que ter monitores preparados e é muito difícil. Como que uma escola com sala de 42 alunos tem o atendimento diferenciado para um paralisado cerebral, para um cadeirante, para uma criança que você tem que levar ao banheiro, trocar fralda, dar alimentação na boca? Isso nós fazemos. Nós temos Clínicas Especializadas na nossa escola, lá nós não ensinamos para eles tudo, lá ele tem o esporte, tem o lazer, natação e tem a parte clínica que é primordial.

Por isso alguém falou aqui: "o deficiente não é doente, mas ele precisa de pessoas especializadas, ele precisa de terapeuta ocupacional, ele precisa de uma psicóloga, de uma fonoaudióloga, ele precisa do fisioterapeuta, ele precisa de um assistente social", então nós temos realmente um grupo muito abrangente. Muito bem falou o companheiro que é de Cacoal que é melhor falar o Vice-Prefeito, é muito mais fácil que falar o nome dele, que ele conhece bem o CERNIC. O CERNIC é uma das melhores escolas que nós temos no Estado, ali ela atende tudo, tudo, e nós atendemos também a equoterapia, que é o

trabalho que nós fazemos em cavalo, e temos também a natação, por isso nós precisamos realmente desses apoios, precisamos de mais apoio. E eu quero aqui terminando a minha fala, dizer que foi bastante feliz quando Vossa Excelência disse que esta Audiência é para os Governos Municipais e Estaduais, não tem ninguém representando o município aqui, porque tem município, tem Prefeito que não dá sequer uma moeda para a escola deles, não é o caso de Ariquemes que nós temos o Prefeito que repassa convênio para nós, mas a maioria das prefeituras não ajudam as escolas, não liberam professores e muito menos técnicos, e muito menos dinheiro para o seu funcionamento. Para você ter uma ideia, nós temos o PNAE, hoje, o que nós recebemos é irrisório, recebe mais ou menos 900 mil reais por criança, entende-se o PNAE que a criança acima de 14 anos ela não tem direito a alimentação, e a maioria dos nossos alunos têm mais de 14 anos. E dizer aos senhores que nós iniciamos os primeiros dias de vida, eu sei que vocês tem dificuldades em colocar as crianças de vocês que são pequenas nas escolas regulares, nós iniciamos com dia e vai até os últimos dias da vida dessas crianças e muitos deles hoje que estão incluídos, voltarão para as escolas especiais porque vai chegar uma hora que o ensino regular, depois de ter certa idade, manda-o para o EJA, não vai aceitá-lo naquela escola. Portanto, amigas, mulheres, mães vamos nos unir, vamos mostrar a nossa força e vamos brigar pela causa dos nossos portadores de necessidades especiais que muito precisam de nós, vamos avante, vamos à luta. E muito obrigada, deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Dona Hilda, Dona Hilda, uma defensora das APAES do Estado de Rondônia. Eu vou passar a palavra para senhora Liana, representando a SEAS e aí eu vou pedir as pessoas, Liana, vou pedir as pessoas da plateia, que nós vamos ouvir a Liana, depois nós vamos ouvir o Pellucio das Escolas Particulares e ouviremos a municipal e estadual e aí nós continuaremos ouvindo vocês. O Secretário vai se fazer presente aqui conosco, Secretário. Por favor, Dona Liana.

A SRA. LIANA DA SILVA – Quase boa noite a todos. Eu vou iniciar a minha fala aqui, falando de uma entrevista que foi feita na nova escola que diz assim: O que é inclusão? É a nossa capacidade de entender, reconhecer o outro e assim ter o privilégio de conviver, compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. Eu fiquei com a fala de uma mãe aqui, que eu sei que é a fala de todas. Todo familiar que tem realmente alguém com necessidades especiais, que quando você vai trabalhar com essas pessoas, você tem que ter amor no coração. Eu acho que o princípio de tudo, é você fazer as coisas com amor e eu sei muito bem dessa realidade porque eu sou professora e também trabalhei muito tempo com pessoas com deficiência.

Então, eu sei como tratar dessa situação em sala de aula, no sentido de saber qual é a dificuldade justamente que a educação tem em relação a essa questão. E qual é o papel da Assistente Social dentro desse cenário? É justamente atuar onde os direitos, eles foram violados. Qual é a perspectiva? É justamente buscarmos assegurar o direito dessas pessoas. E nessa trajetória, a gente pode observar aqui dentro da SEAS,

duas ações pontuais já nesse início de Governo. Primeiro delas, é fazer, assegurar a Lei que fala sobre a questão da obrigatoriedade da inclusão dos símbolos de transtornos do espectro autista nas placas. Isso aí já é uma Lei que foi criada, a Lei 4.184, foi criada no dia 21 de novembro de 2017 e é necessário que ela seja cumprida, as leis, elas são feitas para serem cumpridas; porque nem todos nós temos justamente esse sentimento. Nós temos o quê? Dentro de nós o quê? Existe uma lacuna, um espaço grande em saber qual é realmente a necessidade do outro, é se colocar, se posicionar no lugar do outro. E essa legislação, nós mandamos aqui para Assembleia Legislativa no dia 20 de maio de 2019, o ofício nº 1.659, encaminhado ao Deputado Lebrão, justamente buscando, citando esse teor que o PROCON, ele vai atuar ativamente dentro dessa necessidade. Outra coisa que eu posso colocar aqui e pontuar em relação a esses primeiros meses da SEAS, nesse novo Governo, é estabelecer o Fórum Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Qual é a necessidade de Fórum? A finalidade? É reunir especialistas interessados para debater a inclusão social das pessoas com deficiência e tem a discussão de políticas públicas para essas pessoas com deficiência. Hoje, está à frente da pasta a nossa assistente social, a Ivone, que ela está tomando posse agora dessa pasta e vai colocar em frente esse Fórum que acontecerá ainda no primeiro semestre de 2019. Um abraço a todos e boa noite.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado senhora Liana, pelas palavras, Secretaria Adjunta do Estado de Assistência Social. Eu quero convidar para usar a palavra o Senhor Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular.

O SR. AUGUSTO PELLUCIO – Boa noite. Cumprimentar o Deputado Cirone, no qual eu cumprimento todas as autoridades e cumprimentar o Professor Suamy, o qual eu cumprimento todos os professores. Vou ser breve, abreviar um pouco as falas, eu acho que o assunto foi bem debatido aqui, diversos ângulos, acho que a gente tem uma conversa sobre esse assunto já algum tempo, enquanto representante do Sindicato de Escolas e Faculdades Particulares, é sempre interessante ver a ótica enquanto escola particular, enquanto faculdade particular; são dois cenários bem diferentes. Quanto escola particular, enquanto ensino particular de Rondônia, a quantidade de alunos que fazem parte das escolas particulares é em torno de 10%, já foi maior, chegamos a ter aqui em Rondônia em torno de 12%, nos últimos anos houve uma retração, hoje, assim quantitativo de alunos gira em torno de 8 a 9%, houve um encolhimento da rede privada de ensino, o que tem sido, talvez, um grande problema para educação pública, um aluno na rede particular, ele acaba tirando a pressão da rede pública e como bem falou o Defensor, acaba deixando mais uma vaga para um aluno que de fato precisa. Eu sei que o assunto de fato é a inclusão, mas, discutir educação é uma discussão bem mais ampla, a acessibilidade é um ponto a ser trabalhado, acho que foi bem colocado pelo Promotor Marcelo, e o Dr. Flávio falou muito bem sobre o projeto curricular inclusivo, que precisa ser debatido amplamente. A gente teve a oportunidade de há uns dias promover um debate desses no sindicato, uma mesa redonda, o assunto inclusão, ele precisa

transpor até a esfera de todos os pais, que de fato a gente precisa reconhecer que existe, às vezes, até preconceito por alguns pais essa situação. Então, se a gente quer realmente discutir inclusão, a gente precisa discutir o projeto curricular com toda a sociedade pedagógica e começar desde a formação.

E aí, eu entro na questão das faculdades que formam hoje já em Rondônia, por volta de 83, 84% dos alunos do ensino superior. E aí, eu trago para vocês um dado que de fato nos preocupa porque, se a gente precisa ter um profissional preparado, qualificado, o número de pedagogos que se formam hoje a distância, atualmente beira a 77, 78%, e a gente precisa de um professor preparado para lidar com esse desafio, a gente precisa de um professor que esteja habilitado a lidar com todas essas questões. Como fazer isso, se de fato, às vezes, a gente não está conseguindo colocar esse profissional, esse professor num assento de uma universidade, ou num assento de um instituto federal, que tem ali uma preparação muito boa para preparar um professor com toda a sua equipe.

Eu não sei de fato o que acontece para um estudante do ensino médio muitas vezes optar por estudar um curso de EAD, que custa sei lá, cento e poucos reais, cento e trinta e nove reais, no qual ele não vai ter prática nenhuma, muitas vezes para entrar numa sala de aula, para ser professor muitas vezes, quem dirá muitas vezes para lidar com uma situação inclusiva. Então, o problema da Educação Inclusiva, ele ultrapassa até esses problemas que a educação regular já vem enfrentando.

O Dr. Flávio falou sobre a Reforma da Previdência, eu quero destacar um problema que a gente pode até evidenciar. Hoje os professores têm um regime especial, com essa reforma do jeito que está passando, aos professores não terão mais.

Já foi colocado para o Deputado Federal Léo Moraes, essa situação; enquanto gestor de ensino, a gente percebe um apagão da mão de obra de professores; a gente entra em uma sala de anos finais do ensino médio, você pergunta quem quer ser professor, um em cem levantam a mão. Então, se a gente quer discutir educação, a gente tem que ir além dessa situação. Eu venho defendendo, a gente sabe a necessidade da reforma, mas, se a gente quer de fato ter bons profissionais, a gente tem que discutir como atrair esses bons profissionais.

A gente fala de custo, problema não é recurso, a falta de um profissional preparado, é falta de recurso; a falta de profissional bem formado, é falta de recurso. O profissional da APAE, falou de maneira excepcional, hoje uma escola precisa formar e capacitar sempre os seus professores, ainda mais aqueles que de fato tenham um atendimento Inclusivo, como fazer isso sem recurso? Então, escutei os números da representante do IFRO, achei fantástico a discussão, acredito que o IFRO, tem pelo menos três, quatro vezes mais recurso do que a rede estadual de ensino, então, é possível fazer educação quando tem um pouco mais recurso. Foi bem falado sobre a rede particular que de fato as escolas particulares sobrevivem com mensalidades, e aí, eu trago uma representação dos pais, que tem direito a uma vaga no ensino público, mais ou menos na rede pública, é em torno de cinco mil reais, e opta por uma educação particular, custa em média dez mil reais; desses dez mil, cinco mil, são impostos. Então, você pega uma família que dispõe de um recurso para tentar ali levar uma educação de melhor qualidade, e ele volta e meia é surpreendido com mais custo, com aumento de mensalidade

que ele não está mais suportando, aí esse pai acaba que, sai da escola particular e vai para o ensino público, então, a pressão fica ainda maior para o Estado. De maneira geral, a temática é muito boa, mas, faço algumas sugestões, Deputado; que envolva nessa discussão mais o Conselho Estadual de Educação, no qual a gente tem aqui vários representantes que, acho que por uma temática como essa é imprescindível discussão com essa entidade. Sugiro ainda a participação das escolas de formação que o IFRO, que a Universidade Federal, que tem um excelente quadro de formação de professores participem dessa discussão, a gente junto com as faculdades particulares, pode promover desde a formação um projeto que seja de fato inclusivo. E aí, por fim, sugiro de fato que essa temática dessa idade ultrapasse, ultrapasse todas as esferas, porque quando a gente de fato, chega num auditório como esse, e é a primeira vez que eu chego a essa Casa, na Casa de Leis, que não sei, exatamente, o valor que ela custou, acredito que por volta de cem milhões, e a gente observa, às vezes, um auditório desses que está limitado com a acessibilidade, de fato nos preocupa porque muitas escolas muitas vezes não tem esse recurso, que dirá recurso para funcionar.

Então encerro a minha fala, agradecendo o convite, parabenizando pela discussão, para a gente de fato, discutir a inclusão, discutir a Educação a gente precisa trazer todas as instituições para participar do pleito. E, não adianta a gente se omitir da discussão, a discussão é válida, é importante, e inúmeros problemas a gente precisa encarar. A gente vive de fato um esgotamento de modelo de estado que, de fato, não sabemos aonde vai chegar.

Mas, mais uma vez agradeço a participação, e disponho sempre a colocar nossa instituição e trazer todas as entidades para participar dessa discussão que é muito importante para a sociedade.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Obrigado seu Augusto Pellucio, pela participação.

Eu quero só confirmar se tem algum representante do Conselho Estadual de Educação aqui? Representante, que foi designado para representar? Porque essa pessoa nós fomos pessoalmente levar esse convite lá para o Conselho e não apresentou, aqui, ninguém representando o Conselho. É só para ficar esclarecido.

Eu quero convidar aqui para fazer o uso da palavra, representando a Secretaria Municipal de Educação a Secretaria Adjunta Gláucia Negreiros.

A SRA. GLÁUCIA NEGREIROS - Boa tarde a todos. Cumprimentar aqui o proponente desta Audiência Pública, Deputado Cirone Deiró; cumprimentar aqui a senhora Giuci da Casa Família Rosetta, representando o 3º Setor; em seu nome Sra. Giuci, eu quero agradecer o trabalho de todas as Instituições do 3º Setor, que apóiam por muitos anos o Poder Público no atendimento das crianças com deficiência, que muitas vezes o Poder Público se torna incapaz de atender a toda sua totalidade.

Cumprimentar aqui o senhor Augusto Pellucio. E parabenizar o proponente o Deputado Cirone, por, também, convidar as Instituições o representante das Escolas Privadas a se fazer presente e, até, utilizar a fala da representante da SEDUC, aqui a Professora que também é Conselheira de

Educação que relembrou a importância de nós tratarmos aqui da Audiência Pública, não só de Instituições e de Rede Pública Estadual, Municipal, mas também da Rede Privada, porque nós estamos legislando para o sistema de ensino.

Eu quero começar a minha fala falando da importância de se reconhecer o que é a Educação Inclusiva, a concepção dessa Educação Inclusiva e de que forma nós do Poder Público, porque aqui eu represento a Secretaria Municipal de Educação, podemos fazer para garantir, não só o acesso desses alunos, mas também garantir a permanência. Que é o desafio que tão bem foi colocado aqui por quem me antecedeu. Cumprimentar aqui, também a professora Maxilene, mãe de aluna, mãe de uma criança autista, que hoje já é adulta. Cumprimentar, também, a Janaina, que me emocionou muito na sua fala, também. Dizer aqui que enquanto Secretaria Municipal de Educação nós seguimos a Resolução do Conselho Municipal que é a Resolução nº 012. E temos como meta fazer cumprir o Plano Municipal de Educação, quando estabelece lá na Meta 04 várias estratégias para Educação Especial. Então esse é o nosso desafio. Um desafio árduo, porque não é fácil a gente garantir o acesso e a permanência para todos os nossos alunos.

Mas nós temos feito políticas públicas específicas para Educação Especial. E, aí, eu já falo da nossa equipe que se faz presente, que é uma equipe Itinerante nas nossas escolas, são Professores especialistas, que fazem um trabalho individualizado com todos os nossos alunos que tem deficiência.

Então eu tenho ali a Professora Inês, a Ana Lúcia, a Conceição, a Neide que está aqui com a gente nos acompanhando. Então são essas profissionais que estão ali comprometidas com a educação dessas crianças. Hoje na Rede Municipal nós temos 1.095 alunos com deficiência. E aí são das mais diversas deficiências. O número maior é de crianças com autismo. Pensando nisso em política pública, nós já temos aí realizados inúmeras formações continuadas para os nossos profissionais que atuam especificamente com esses alunos e com essas crianças. Então, nós fomos o primeiro município a realizar uma especialização específica em Educação Especial, temos essa equipe Itinerante de 011 Professoras, aprovamos a Lei Complementar nº 724 em 2017, onde nós criamos um Auxílio para Educação Especial, para fazer com que a gente consiga garantir que o Professor ele possa atuar no horário contrário de trabalho sendo professor auxiliar das crianças com deficiência. Então hoje nós temos esse auxílio para professor, é um valor de R\$ 1.200,00 e para os demais profissionais da escola é R\$ 700,00. Não é o que gostaríamos, mas é o que podemos ofertar enquanto Poder Público, enquanto questão orçamentária, enquanto a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje nós temos 247 profissionais de apoio para o atendimento educacional especializados e nós temos a Primeira Escola Bilingue, e aqui eu cumprimento a nossa Diretora Sirléia, que se faz presente com toda a nossa equipe. Então, a primeira Escola no Município de Porto Velho, uma Escola Municipal Bilingue, com profissionais habilitados e comprometidos em ofertar essa educação bilíngue para todos os nossos alunos da rede. Então, é trabalho de esforço que esses profissionais ali fazem, para fazer com que a gente consiga garantir a qualidade no atendimento.

Bem, enquanto Rede Municipal de Ensino nós estamos aqui nos colocando à disposição para discutir essa Educação

Inclusiva e como muito bem foi falado, não é só uma Educação Inclusiva, mas nós temos que pensar na questão da sensibilização do profissional, do trabalho humanizado e não só na formação continuada desses profissionais que também é importante. Mas, não esquecendo da humanização, da sensibilização para que esse trabalho consiga êxito e para que a gente consiga fazer um trabalho de diálogo entre escola e família, porque a família pode contribuir e contribui muito para que a gente consiga fazer um trabalho efetivo e garantir sucesso na educação dessas crianças, que é o que a gente precisa fazer. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigada senhora Gláucia, representando aqui o município, é Secretária de Adjunta. E, vou passar a palavra, agora, para o nosso Secretário de Estado, Professor Suamy. A grande demanda é do Executivo e, eu quero, enquanto o Professor Suamy se dirige a tribuna, Professor, dizer da importância da Secretaria de Educação, ou Secretaria de Saúde, ou a SEAS, de quanto aos profissionais cedidos para a APAEs, para o seu Cernic da manutenção dessa cedência. Eu posso dar exemplo da minha cidade, que tem profissional que trabalha lá há 15, 16, 20 anos e já no passado, muito próximo, ocorreu da Secretaria de Educação pedir esses profissionais cedidos de volta. O Estado não consegue investir naquilo que é preciso investir, e as pessoas que estão fazendo, que têm a cedência ainda ocorre do Estado pedir esses profissionais de volta.

Eu quero que na sua gestão como Secretário, o senhor que é professor, uma pessoa sensível, que o Estado ao invés de fazer isso amplie esses convênios, que a gente possa fortalecer o terceiro setor, que prestam relevantes serviços à nossa sociedade. Então esse é o meu pedido para o senhor antes do senhor usar a palavra, como Deputado, que a gente possa fortalecer o nosso terceiro setor em vez de esvaziar.

Está com o senhor a palavra.

O SR. SUAMY VIVECANDA LACERDA DE ABREU – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Cirone pela belíssima Audiência, pela ação com um setor tão desgastado na nossa sociedade pelo descaso secular que acontece com este setor social. Gostaria de trazer, também, cumprimentar o nosso plenário através da Professora Vera Regina, que trabalhou tantos anos com a educação especial, que me deu tanta da cacetada que, quando eu me lembro disso aprendi meio que na marra. Mas eu, também, estou com meu coleguinha Marcelo ali do Braille, que trabalhamos juntos no SENAI, desenvolvendo educação profissional, que talvez seja o grande desafio do Estado trabalhar com isso e, o meu colega que está fazendo a tradução em libras aqui, que fomos, eu fui o chefe dele no SENAI no mesmo período e já trabalhávamos com educação profissional. Senhores eu sou o mesmo professor do aluno Douglas quando foi Diretor da Escola João Bento da Costa, peguei um aluno que estava com 05 anos morando dentro do CENE, e o levei o 3º ano do ensino médio, Projeto Terceirão e, ele concluiu com sucesso. Então assim, trabalhei na educação profissional com especiais, não tem esse negócio de amarelar.

Gostaria de ter uma chance social de começar um trabalho. O nosso, o Governo a qual nós servimos e o Governo do Coronel Marcos Rocha, é um Governo comprometido com a

sociedade, com os cidadãos, enquanto tiver um cidadão dependendo de atendimento nós vamos à luta. A última moeda será investida em cidadãos, sejam eles não tem questão de classe social, não tem essa dificuldade de analisar beneficiar esse ou aquele, haja vista que eu fiz um rapa na Secretaria com referência a grandes instituições externas de outros Estados brasileiros que estavam aportando aqui há muito tempo e foram extirpadas. As instituições Deputado, que as APAEs, por exemplo, elas têm sido mantido o quantitativo de funcionários, mas eu tenho aí, nós temos que conversar com os russos, porque têm orientações aí do MP para acabar com a cedência, manear está demais, não é Doutor Marcelo? Tem que conversar com os russos, precisamos ter uma organização mais sistemática aí, porque a coisa é meio complicada. Gostaria de dizer aos senhores, já foi debatido demais o aspecto legal, não entrarei nisso, não vou me alongar nisso, porque todo mundo já sabe que essa é uma dívida nacional de 500 anos. A Lei Estadual 680/12 que é a lei que regra a vida dos funcionários públicos estaduais não contempla a contratação de professor auxiliar, mediador, nada disso e o legislador deu uma cochiladina básica e colocou no Plano Estadual de Educação essa contratação, esqueceu de olhar para trás, a meta 4, a estratégia 4.10 fala nessa contratação. Nesse momento a Secretaria de Estado da Educação está fazendo junto com todos os setores interessados e se os especiais quiserem ter sua representação, tranquilamente a professora Irani e a professora Julice, são as nossas diretoras que estão aqui vão incorporar os representantes da classe, não pode ser em número grande porque senão, com certeza, deixa de ser uma comissão e vira um partido político, não é bom para nós, não precisa ter muitos participantes. Mas, nós estamos estudando a lei para colocar as coisas no lugar nesse momento e vamos, antes do final do ano, chegaremos à Assembleia Legislativa para deixar a condição para começarmos o ano que vem com as devidas correções, pelo menos introdutórias àquelas que o impacto econômico possibilitar. Eu poderia dizer aos senhores, não adianta chorar em cima do leite derramado, nós temos que desarmar para construir a partir de agora e eu gostaria que, para mim, as pessoas que apresentam qualquer situação, seja denúncia, seja qualquer alerta, para mim é uma consultoria gratuita que estão prestando a SEDUC e ao Governo do Estado de Rondônia, é assim que nós vemos as demandas sociais.

Nós precisamos avançar no conceito de formação continuada, haja visto existia um déficit muito grande nas agências formadoras, principalmente nas instituições que formam professores, docentes na questão das modalidades da educação básica brasileira, todas elas têm dificuldades de compreensão, se trabalha muita teoria e pouca prática, pouca operacionalidade, conhecimento de causa, que é uma questão que nós estaremos levando para as agências formadoras, a fim de que essa mal seja corrigido. Encontrar a estratégia ou método pelo qual o PCD pode ser acolhido, é um desafio para toda sociedade, não é só para a educação. Na realidade, todos os serviços públicos precisam de imediato participar de uma formaçãozinha chamada Gestão do Atendimento em todo o canto no Brasil, não é só em Rondônia, você chega e todo mundo quer se desfazer do trabalho. Estou dizendo aos senhores porque eu vivi a vida inteira dessa forma, todo mundo tem pedras para atirar e pouco... Quando chega na hora dele,

que é ele que está na frente do trabalho, pouco esforço faz, precisamos corrigir isso e as formações, a Secretaria está cuidando de providenciar e na área da Educação Especial já começamos, na realidade a SEDUC encastelou um pouco, não foi só ela, todo serviço público deu uma encasteladazinha, ficou no castelo olhando a coisa acontecer e é por isso que é unânime aqui essa questão do esquecimento, não adianta querer negar, o estado brasileiro está falho com isso há muito tempo e mais, o Governo Federal, cria uma lei da inclusão e não aumenta uma ruela do orçamento do poder público no investimento em educação para que seja investido isso, é uma contradição racional. Já está claro para nós que esse desafio nós temos que usar com muita inteligência daqui para frente, com muito comprometimento, com mais ações do acolhimento do que propriamente dito com recurso, imaginem os senhores que eu estou no IFHAN em cima dos pés, o nobre Promotor Marcelo estava falando aqui de acessibilidade, outro tema que precisa ser conversado com os russos, o IPHAN só de a gente olhar para o prédio que é do Território Federal do Guaporé ou de Rondônia, ele já coloca a bandeira lá, processo a vista, não pode mexer na estrutura e tal... Acessibilidade, é problema mexer com isso gente, imagine uma escola como Carmela Dutra de 1948 e que não tem espaço, é proibido tocar, mas, nós vamos enfrentar devagarzinho e colocar em todo canto, precisamos conversar com as pessoas, esclarecer que isso está retirando direito de pessoas. E nós gostaríamos também de passar que nesse momento o Estado está trabalhando com o orçamento anterior e que nós estamos trabalhando já as estratégias e os impactos futuros com as ações que precisamos desenvolver conforme, não apenas essa, mais as audiências públicas que temos participado que envolve a educação, segurança, especiais à inclusão e questões de transporte e tantas outras que nós estamos envolvidos, que precisamos dá uma resposta para a sociedade, nós e também os outros entes públicos. E com referência a investimento nós temos que ter muito cuidado porque nós podemos banir da vida pública pessoas por atender, atender; nós temos um caso aqui em Rondônia clássico conhecido. Um Secretário de Saúde entrou, encontrou falta de medicamentos na prateleira resolveu, e o dia 02 de cada começo de Governo a população está atenta, ele pegou o medicamento no laboratório e até hoje está respondendo processo porque o TCE não perdoa. Então nós precisamos ter muito cuidado com a responsabilidade com que fazemos as coisas, atendermos a Lei com aplicação dos recursos e ao mesmo tempo atender a população. Creio eu, que com as ações que estamos desenvolvendo e o conjunto de estratégias e a divisão do bolo para melhor atender e o Governo está fazendo parcerias com todos, inclusive com a minha colega Liana que está aqui e a dona Luana Rocha, que é a Secretária titular da SEAS, já fizemos alguns acordos, vulnerabilidade, linha de pobreza, educação profissional e os municípios pequenos serão atendidos em primeiro lugar para podermos reduzir a dor que está no campo em todo lugar. Precisamos ser mais justos com esses seres humanos, esses cidadãos de Rondônia que estão sendo vilipendiados, deixados, aviltados do direito as coisas do que trazem o crescimento e engrandecimento humano.

Gostaria de dizer também que ainda não apareceu um filho de Deus que tivesse a coragem de fazer um confronto com as Leis Públicas na hora de ver uma Lei passando, é meu

sonho de consumo, esse exemplo da 680 com a 13.005 é um exemplo clássico disso, coloca numa Lei, não abre espaço para contratação e na outra diz que é para contratar, quer dizer, nós ficamos numa sinuca terrível. A mais velha sempre vai prevalecer.

Gostaria de passar alguns dados para os senhores no Estado de Rondônia na rede pública Estadual. Nesse momento nós temos 5.767 estudantes, baixa visão 413, 112 na surdez, 189 a deficiência auditiva, 450 na deficiência física, deficiência intelectual 3.350 e pasmem 458 na superdotação além de outros números pequenos que nós temos. Mas gostaria de dizer aos senhores da nossa vontade de fazer diferente, e gostaria de ter o apoio das Instituições para que nós possamos agora devagar mesmo que o Brasil cruza uma crise histórica, mesmo assim, nós poderemos abrir um pouco mais a porta do conta-gota e melhorar muitas situações; é preciso fazer alguma coisa por aqueles, precisamos usar muito aquilo que o Stephen ensinou: "olhar o mundo sob a casca de noz para poder vê o mundo diferentes para poder trazer a equanimidade tão necessária nesse momento.

Poderia dizer aos senhores que nesse momento a Secretaria de Estado conta com 62, vai contratar 62 intérpretes agora no contrato emergencial para libras, contratação de 133 Cuidadores e não estendemos mais a questão dos auxiliares porque a Lei não nos permite fazer, é eu fazendo e o TCE batendo na porta e dizendo: "devolve o dinheiro você". Agora é na pessoa física que devolve. Já temos Secretário de Estado devolvendo recursos aí por aquisições em desobediência à Lei, e quem fez ele pagar e devolver o dinheiro não está errado, tudo tem que estar no espectro da Lei. Eu estou aqui procurando com o nosso Deputado Estadual, os Deputados Estaduais que são interessados nas causas, nós enviaremos com urgência muitas alterações nas Leis para poder fazer bater o interesse social do momento, porque o nosso Governo é um Governo Técnico, nós não temos ninguém, pelo menos na SEDUC, para mexer com a Educação nós não temos ninguém que não seja servidor público, todos são servidores públicos de carreira e aí desses se pode exigir um pouco mais.

Com referência ao fechamento de núcleos existentes na SEDUC, os senhores ouviram aqui a unanimidade dos interessados afirmando da inoperância. Eu preciso reorganizar para fazer a coisa acontecer de fato, não é só de direito, só a contratação e ela, que nem a professora disse: onde é que estão esses professores? Eu Preciso dizer aos senhores que eu preciso colocar as pessoas para trabalhar porque se for só para receber o Estado já tem gente demais fazendo isso, um pouco mais disso.

Realizaremos capacitações docentes, o curso de Capacitação de Robótica vai acontecer agora 28, 29 e 30 de maio de 2019 para 40 profissionais; Seminário Estadual de Educação Inclusiva que acontecerá em 22 de agosto para 140 profissionais das 18 Coordenadorias Estaduais, nós estamos também descentralizando as ações, abrimos Ata de registro de preços em outros municípios do Estado, para descentralizar e facilitar a aproximação das pessoas interessadas em algumas matérias, entendo que essa seja uma delas no futuro. Então, assim senhores, eu gostaria e o Governo do Coronel Marcos Rocha, gostaria de contar com a confiança e o compromisso de que nós não viemos para fazer um pouco mais do mesmo,

a última moeda será investida em estudantes, é uma questão de honra dele. Sabemos que o povo quando escolhe um governante que não tem nada ver com a política é porque o povo está dando o recado, e ainda hoje ele nos reuniu para dizer isso; a última moeda será gasta, será investida em estudante, na educação, em cada local vai ser desta forma. E assim que nós gostaríamos de contar com a população, que voltasse a acreditar na governança, porque confesso aos senhores, até porque comigo é assim; eu construir uma carreira pública toda em cima da seriedade e do compromisso, quem me conhece sabe que não adianta, não vão contar comigo para malversar, quem me conhece sabe que vai ser assim do começo ao fim, todos os dias chegam pessoas na porta da SEDUC com projeto que vai transformar água em vinho, leva fora. São os senhores que tem que dizer o que tem que acontecer e apontando para os servidores públicos que já existem e que estão a disposição para que isso aconteça.

Ao mais, nós estamos a disposição, a Secretaria está a disposição, a Lei, talvez, seja o grande divisor de águas para o objeto, o foco dessa, dessa audiência. Nos instantes que nós poderemos contratar professores, vamos fazer os estudos de impacto e a partir daí nós vamos conseguir efetivar ações bem mais sólidas. Continuaremos abrir a porta para os convênios das APAES, de todas as Instituições que nos cercam, porque o mundo da educação especial, além de se dividir num conjunto que não é pequeno de instituições, tem mais uma coisa, cada caso, é um caso. E assim deverá ser tratado, deverá ser estudado para que o atendimento possa acontecer, se não nós vamos continuar patinando como eu disse aos senhores; eu peguei um aluno que passou 05 anos em uma determinada escola, levei ao 3º ano do ensino médio e a Professora Vera está ali em cima, acompanhou de perto. E pasmem, o MEC não me deixou comprar um notebook com aparelho para que ele pudesse digitar nada. O aluno era hiperinteligente, só não tinha mobilidade nos braços, nem nada, todo mundo conhece ele na cidade, ele é um fenômeno de inteligência. Mas é preciso que a gente se abra para conhecer, desmitificar um pouco essa situação. Já vencemos muitas barreiras, isso foi informado hoje aqui. Mas, a grande barreira que nós precisamos vencer agora, é a todo comprometimento, precisamos nos comprometer com a causa, não é só com essa, é com todas, todos, todos os cidadãos nós precisamos nos comprometer com eles, porque enquanto governantes precisamos está mais próximos; o termo que eu usei aqui desencastelar; significa exatamente isso.

Precisamos estar próximos de onde o problema está para transformá-lo em um desafio. Para grandes gestores não existem problemas, existem desafios e é nisso que nós acreditamos, é nisso que esse Governo acredita e é isso que nós vamos fazer. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Quero aqui agradecer as palavras do Professor Secretário de Educação do Estado, Professor Suamy, e dizer Professor Suamy, que os desafios são grandes e o senhor falou em construir e esta Casa de Leis está pronta para construir junto com o Governo, eu sei que nós todos, o Ministério Público aqui representado, o MPF, o Judiciário, professores, estão aqui juntos para construir no dia a dia que a gente possa realmente alcançar os objetivos. E dizer que a ALE, a Assembleia Legislativa, está pronta para

participar. E o senhor frisou muito bem, eu quero ter essa confiança e acredito nisso, o senhor é um homem íntegro que vai no dia a dia desencastelar, como o senhor usou o termo, essa educação, e que a educação inclusiva seja a menina dos seus olhos, que possamos avançar. Nós enquanto agente público, falamos aí aos quatro cantos, principalmente em campanhas eleitorais que a mudança do país se passa pela educação e aí quando a gente ver mães e pais aqui falando que o aluno não pôde matricular desde 2017, isso nos entristece e aí nós ficamos só na promessa mais uma vez. E que nós possamos falar do pacto federativo, quando a União fica com 50% de toda, de toda arrecadação nacional, de todo o PIB do Brasil; o Estado com 32% e o município com 18% e pasmem vocês, as coisas acontecem no município. A União só vai passando obrigações e não vai fazendo repasse, assim como o senhor disse que mandam as obrigações para os municípios, para o Estado, e não faz o repasse, aí fica difícil também da gente fazer políticas públicas, mas, nós não podemos desistir.

E estão aqui os entes, Ministério Público, o senhor falou que tem grandes dificuldades com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, aqui tem o Federal, Estadual, o Judiciário, que possamos sentar junto com a Assembleia Legislativa, esse Terceiro Setor seja contemplado. Eu sei que o Ministério Público tem as Leis para cumprir, ela faz cumprir as Leis, mas, também são pessoas, e são sensíveis e estão prontas para o diálogo.

Então, se houver esse entendimento da parte dos governantes Executivo, do Judiciário, do Legislativo, tudo se pode compor.

Então, se o Terceiro Setor está suprimindo essas necessidades que o Estado não faz, nós não podemos simplesmente deixar de prestigiar, de conveniar ou de incentivar o Terceiro Setor a fazer políticas públicas que deveria ser uma obrigação nossa como governantes, mas, por incapacidade ou por quinhentos anos de dívida com o povo brasileiro, a gente não consegue fazer. Aqui tem alguns pais inscritos, mas, eu queria pedir desculpa aos pais, quero deixar o meu gabinete aberto a vocês que não vão conseguir falar, para a gente continuar esse debate. Essa Audiência vai ter uma ata, depois, nós vamos passar a cada um que estava aqui presente nesta Mesa para assinar essa ata, e essa ata dará prosseguimento, nós vamos cobrar de cada um aquilo que foi tratado. Tem uma pauta, que nós fizemos alguns encaminhamentos, até passamos uma cópia para cada um aqui da Mesa, e eu vou ler rapidamente aqui para vocês sobre essa pauta, e até o Doutor nosso nobre Juiz, fez uma recomendação aqui também nesse encaminhamento, e eu vou ler aqui também, seria:

Um Projeto de Decreto Legislativo, criando a Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia;

Reunião no Plenarinho desta Casa de Leis, com representantes do Conselho Estadual de Educação, Casa Civil, Secretaria Estadual de Educação, Comissão de Defesa dos Direitos com Deficiência, OAB, para tratar sobre a recomendação Legislativa de autoria desse Deputado, proponente desta Audiência Pública, sobre a revisão da Lei 680/12, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências.

É justamente Dr. Marcelo, que ele diz que não tem como contratar o mediador, porque a Lei não prevê. Então, a gente sentar numa pauta junto com esses Conselhos, com a Secretaria, com esses órgãos, e a gente discutir isso, que seria:

1) Inclusão de profissionais especializados ou mediador, profissional graduado ou com pós-graduação, o Dr. Marcelo, até colocou aqui uma ressalvazinha, em psicopedagogia ou conhecimento específico na área de educação especial, atuando dentro da sala de aula de forma intermediária auxiliando o professor regular, dando suporte nas questões sociais, comportamentais e nas atividades educacionais de forma adaptada às necessidades peculiares do educando especial;

2) Alteração do artigo 2º do inciso IV, acrescentando a figura do profissional técnico em nutrição e fonoaudiólogo. É porque lá nessa Lei, já existe alguns técnicos que estão contemplados e falta esses dois profissionais para se adequarem, e aí entraria nessa discussão;

3) Articulação entre o Estado e os Municípios, na promoção de políticas públicas, para atender a primeira infância final. O Estado receberá o aluno com uma base educacional melhor, advinda de uma educação eficaz no município. O Dr. Marcelo fez essa colocação, que é no caso das nossas creches, do ensino fundamental;

4) Promoção da formação continuada de professores do Estado e do Município, para melhoria de oferta na educação especial;

5) Propor redução de impostos para escolas particulares que ofereçam gratuitamente um profissional cuidador e mediador para os alunos com necessidades educacionais especiais, desafogando a rede estadual e municipal. Seria um tema que o Estado, as escolas particulares que oferecessem isso, com esses profissionais e esses alunos, ele teria uma redução disso no seu imposto. Então, é um item que a gente pode debater;

6) Promoção de Políticas Públicas para o público que não faz parte do quadro da educação especial, porém, necessita de apoio educacional, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH; dislexias, dislalia, discalculia, disortografia e dificuldades de aprendizagem.

Colocaram uns nomes bem complexos aqui, viu Dr. Marcelo;

7) Aos órgãos e autoridades competentes, o levantamento quantitativo e perfil de pessoas com necessidades especiais. Isso aqui foi proposto pelo Doutor, para que facilitasse todo o planejamento para as pessoas especiais.

Então, aqui estão alguns encaminhamentos, e aí, os senhores têm aí na mão esses encaminhamentos, poderão fazer mais alguns, e a gente criar essa comissão para debater junto com a comissão de pais, de APAES, que a gente possa avançar nesse assunto. Aqui foi o tema debatido nesta Audiência eu a gente possa ouvir a população. E aí, a gente sentar e debater este tema tecnicamente.

Só para encerrar eu quero chamar à senhora Imone Marin, para a gente fazer o encerramento. Vamos ouvir a senhora, mãe de autista e, ela é do Movimento de Mães Coragem, para fazer o encerramento da nossa grande Audiência.

Então vamos ouvir mais... Se todas as autoridades concordarem quem que seria a pessoa? Danilo. Ok. Então vamos

falar a senhora Imone fala, e aí vamos dar oportunidade para essas duas pessoas falarem, a AMA e o professor Danilo.

SRA. IMONE MARIN – Boa tarde a todos! Cumprimento a Mesa.

A minha fala foi bem na hora certa, quando o deputado começou a falar sobre as propostas da Lei. E eu queria falar sobre dois pilares, um que foi bem falado e o outro que foi só dito o nome. Existem dois pilares na Educação Inclusiva, e ele é o cuidador e o profissional especializado. O profissional especializado já foi dito, é o Psicopedagogo. Mas quem é o cuidador? Qual a formação do cuidador? O que a lei fala a respeito da formação deste cuidador? Ensino Médio. Aí eu quero trazer algumas indagações aos senhores. Como uma pessoa com Ensino Médio vai cuidar de uma criança com colostomia, traqueostomia, gastrectomia, atrofia nos membros, com agenesia do corpo caloso, com disfasia. Se eu perguntar para os senhores a maioria não sabem nem o que eu falei. O grande terror dos nossos professores, hoje, é justamente isso. Nós temos uma demanda grande, não só de autistas, mas nós temos crianças com a agenesia do corpo caloso que está fora da escola, tem crianças como a minha que está fora da escola desde 2017, porque o Professor não foi capacitado para cuidar de uma criança com gastrectomia. Ou para carregar, trocar fralda de uma criança de 12 anos com 37 quilos. Como que o cuidador com ensino médio vai saber cuidar desta criança? Uma criança com traqueostomia, se o cuidador não aspirar ali na hora à criança vai a óbito. E se o botom da criança com gastrectomia sair quem vai socorrer essa criança? E se a criança com paralisia cerebral e epilepsia tiver uma crise ali na escola, quem vai socorrer essa criança? E se a criança com autismo de repente na hora de fazer as suas necessidades, evacuar, entrar na crise? Sou mãe de autista. Muitos têm esse ritual. Tem criança autista que para ir ao banheiro ele corre do portão para o banheiro, do portão para o banheiro. A mãe sabe que está na hora, o cuidador sabe. Uma pessoa com ensino médio que agora vai entrar, porque o concurso está aí, vai saber fazer isso? Essa é a minha indagação aos senhores.

Porque quando nós falamos de pessoa com deficiência e não portadores de deficiência, porque eles não deixam a deficiência em casa e vão para a escola. Eles são deficientes, eles são pessoas com deficiências, faz parte dele, e é a essência dele, é ele. E ele precisa de profissionais capacitados. Vai ser um terror as pessoas com ensino médio dar de cara, como a Juliana que tem múltipla deficiência. Ela tem autismo, ela tem paralisia cerebral e ela tem delação no quadro Q35. O que é isso? O que é isso? A inclusão ela só vai acontecer de fato quando a Saúde der a mão para a Educação e juntos caminharem. Pedagogo não estudou a sobre gastrectomia.

Pedagogo não estudou sobre paralisia cerebral, sobre o cuidado com ele. A criança com paralisia cerebral a maioria tem os seus membros inferiores atrofiados. Como é que se troca a fralda desta criança que não abre a perna? Será que esse cuidador que só tem ensino médio ele tem o dom para trocar a fralda de uma criança que acabou de evacuar? É todo mundo que faz isso? Muitos não têm estômago para isso, vão sair vomitando. Essa é a nossa realidade. Nós não podemos gastar o dinheiro público de modo errôneo. Eu vou pagar um profissional que não está capacitado. Eu digo que a falta de capacitação ela gera tanto prejuízo ao nosso país como a

corrupção, e nós precisamos, se nós temos a faca e o queijo na mão fazer mudanças, e essa é uma proposta para eu faço hoje, que haja essa mudança para que o cuidador que se é essencial, porque sem o cuidador o professor não. Pode ser especializado, mas ele não vai conseguir desempenhar o seu papel, se o cuidador também não foi capacitado. Uma sugestão, o concurso está aí, vão fazer aqueles que têm ensino médio.

Então, antes de colocá-lo dentro da sala promovam, promovam uma formação a esse profissional. Porque senão os problemas, eles só serão aumentados, a bola de neve vai continuar.

Eu queria agradecer ao Deputado Cirone, à Klívia por nos dar essa oportunidade de falar, porque os professores também gostariam de falar sobre esse medo de crianças com deficiências graves, que quando nós falamos com pessoas com deficiências, nós estamos falando de um grupo diverso, há uma diversidade imensa. E, para eles é assustador. Então eu peço pelos professores e por nós pais. Vamos fazer as coisas de maneira reta, correta e como tem que ser feita. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado senhora Imone. Eu já coloquei aqui nos encaminhamentos para a gente ter, sentado junto conosco para discussão um profissional da saúde. E, é de suma importância que a gente tenha uma comissão de pais, como o Professor Suamy falou, para ajudar a discutir esse assunto.

Eu quero convidar, também, o Danilo Ramos, ele é Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho e, logo após o Danilo, vai falar dona Nilza Ferreira, Presidente da AMA. Peço só uma paciência a nossas autoridades, mas é de suma importância ouvi-los.

O SR. DANILLO RAMOS – (Intérprete de voz Adriana Boaventura) - Boa tarde, quase boa noite. Quero cumprimentar a Mesa aqui presente, o Deputado que convidou a gente, eu estou esperando com muita vontade de vir aqui falar, explicar um pouquinho sobre a comunidade surda, porque são coisas urgentes e, eu estou triste porque eu gostaria que este auditório estivesse maior, muita gente já foi. Eu tive alunos que vieram para cá hoje, mas tiveram que ir, porque estão curiosos para o que eu vou falar aqui, porque é importante que vocês escutem porque nós estamos aqui e nós já estamos acostumados a estar nas palestras. Eu estou sempre nas palestras falando, porque eu quero que de fato a sociedade muda que ela abra a consciência para as mudanças que são reais. Porque parece que a gente fica sempre por último, mas a gente, é importante que vocês escutem o que a gente tem a falar, o que o surdo tem a falar. Muita vai embora, eu sei que isso é ruim, mas eu preciso que vocês escutem para que a gente não seja mais prejudicados.

Eu quero explicar um tema muito importante, a gente, a comunidade surda falta muita coisa, sei que é difícil, são várias as problemáticas, eu sou um profissional da Educação, eu conheço a Semed, conheço a Seduc, a gente está sempre tentando conversar, dialogar. Porque o surdo está sempre, a comunidade surda está sempre sendo prejudicada em sala de aula. Ele não consegue, de fato, porque falta profissional, falta professor de libras, faltam concursos, de fato, com intérprete.

Igual uma mãe tava falando aqui, vocês acham que dão

conta? Eu também concordo, é impossível um interprete de nível médio dar conta de, de fato, interpretar o conteúdo, de fato, fazer adaptação para a língua de sinais, o aluno fica ali o quê? Um intérprete de nível médio fica inventando sinal, gesto e o surdo não entende claro que ele deveria ser de fato, a inclusão. Parece que é só uma acessibilidade, a Semed a Seduc está sempre abrindo concurso para nível médio. "ah, é fácil", mas, de fato, nós estamos surdos estamos sendo prejudicados.

Eu queria que vocês despertassem, por exemplo: a Unir abriu curso de letras-libras, muitos surdos vão se formar, muitos profissionais vão formar agora em letras-libras. É nível superior, e aí, aonde é que eles vão trabalhar se os concursos para nível superior não estão sendo abertos? O campo de fato não está. E, a gente está vendo hoje em Porto Velho o quê? A falta disso.

Hoje na sala de aula o surdo esta o quê? Sozinho. Ele está incluído, tem um intérprete lá, legal, bacana, é falho, sabe pouco, mas está lá na sala. O professor está horas falando e o intérprete tentando e o surdo, de fato, está com dúvida, ele quer fazer pergunta, ele não entendeu a palavra e, aí, de fato, o professor falou horas, escreveu falou, falou, falou, falou, e o intérprete disse que estava sinalizando, mas, olha, desculpa, de fato, isso não é Educação de qualidade. E, os surdos, de fato, então tem surdos, por exemplo, eu sou formado, minha esposa é formada, têm surdos aqui formados e onde que a gente está hoje? Quase 30 surdos formados em Porto Velho. Nós temos mais de 30 surdos formados em Rondônia e não estão trabalhando, por quê? A Seduc, as secretarias de municípios sempre chamam só emergencial, acabou dois anos está desempregado. E o surdo se sente de fato, "ah, quer dizer, então, não quero surdo porque eu não consigo dialogar com ele, eu vou querer outra pessoa que eu consiga; é fácil dialogar com outra pessoa que fale a mesma língua que eu". E eu, e as crianças surdas, como é que elas estão? como é que elas vão chegar ao ensino médio e de novo serem prejudicadas, a vida da comunidade surda está sendo prejudicada, de fato.

Então, eu peço para vocês, que vocês, hoje é um momento importante, porque as pessoas que estão falando das propostas, dos profissionais, do crescimento. Eu estou olhando, legal, bacana, concordo com muita coisa, mas vocês ouvintes, vocês são os ouvintes e nós surdos? A gente aqui ficou um tempão e nós não estamos, de fato, tendo uma educação de qualidade. Eu acho que a Seduc, a Semed, precisa chamar os surdos, as comunidades para de fato saber qual é a problemática, o que a gente pode contribuir, a gente fica tentando organizar projeto, concurso, antes alguém falou assim: "olha, precisa parceria com as associações, mas, de fato, até hoje eu sou Presidente da Associação e não sou chamado. Eu tentando organizar, agora a gente tentando organizar o edital do concurso da Semed e a gente não é chamado. Eu fico sentado esperando, às vezes vou atrás, estou lá, quando eu vou, eu ajudo a organizar, eu falo como que deve ser o profissional o nível médio, mas, de fato, as bancas: Ah! É formado? Coloca. Mas, espera aí, falta muita coisa, tem muita coisa a ser consertada e precisa de fato ouvir. Eu me sinto triste, mas, eu quero aqui dá essa orientação de que vocês contratem professores de Libras. Poxa, é sempre só professor ouvinte. A Seduc, por exemplo, o professor, cadê, não tem professor de Libras surdo. Às vezes o professor de Libras está lá fazendo serviço administrativo e aí e o profissional de Libras

de fato que poderia estar na escola? No 21 de abril está cheio de problemas graves com surdos, os surdos estão sofrendo lá, porque falta Libras, falta professor, o professor só oraliza e eu vou lá, eu fico triste. Eu chego no 21 de abril, eu vejo que o professor não sabe sinalizar, cadê o concurso? Teve duas vagas.

Aí eu vou procurar onde estão esses professores, estão dentro da Seduc digitando, fazendo serviço administrativo, lá de boa e o surdo na escola. Pô brincadeira! Poxa, eu quero pedir aqui, a comunidade surda está sendo prejudicada de fato. Ah! Tem profissional qualificado. Mas, espera aí, essa é uma grande mentira. Nós estamos aqui, estamos vendo que de fato precisa organizar e a gente vai procurar, cadê os professores de Libras? Você é professor de Libras? Então vai para dentro da escola, vai atender a comunidade surda de fato. Cadê as escolas? As escolas estão faltando. Poxa, não é correto deixar um professor de Libras dentro da Secretaria fazendo serviço administrativo e, nós surdos sofrendo a vida toda.

Aí eu vejo, eu vou lá para dá curso de quê? Me chama para dá curso de Libras, espera aí, só eu? A Secretaria tem que ter professor surdo, tem que ter professor de Libras, que de fato esteja dando formação, porque está lá no nome, mas, de verdade não é, de fato não está trabalhando. Então, é uma preocupação muito grande que eu tenho, hoje eu estou aqui, eu tenho experiência, eu estou vendo vocês aqui, eu estou vendo pessoas aqui que estão querendo o que? Melhorar, quer de fato apoiar, organizar os projetos, apoiar de fato as comunidades. Olha, não só a comunidade surda, mas, os outros que estão aqui, os problemas são muitos, mas, a gente não ouve de fato as pessoas chamarem para conversar, para de fato pedir, parece que a gente é mudo, mudo, mudo não, nós não somos mudos, nós somos surdos e nós temos uma língua e nós somos capazes e a gente quer ajudar na mudança. Então, é de fato importante que isso aconteça. Eu tenho um problema grave, vocês estão me vendo aqui: "ah! legal, o Danilo está aqui falando, está sinalizando muito bem". Mas, vocês pensam o quê? Porque eu há muito tempo, tinha o CAS. Gente, o CAS acabou! Sumiu, fechou, a Seduc, bem, questões internas. Ah, não precisa mais de CAS. Não pode, o CAS, ele é importantíssimo, ele aconselhava, ele dava formação, ele ajudava o pai e a mãe, orientava o pai e a mãe que tinha dificuldade, orientava a sociedade, as dificuldades de fato com a sociedade, poxa, o significado é só o AEE? Então, eu vou me preocupar com o AEE e por isso eu vou fechar? Eu gostaria que vocês de fato pesquisassem o que é o CAS e eu quero pedir de fato, reabram o CAS, porque o CAS passou do momento, os surdos estão sofrendo muito, a sociedade precisa, a sociedade de Rondônia está sofrendo. Tem três surdos concursados na Seduc, um em Pimenta, um em Cacoal e um em Vilhena, são três surdos que passaram. Poxa, a Seduc precisa ter porque eles estão sofrendo, eles estão lá, são pedagogos, eles não podem vir chamar? Não tem como, eles só estão lá, só chama o ouvinte para curso de Libras enquanto surdos, são quatro servidores surdos que não são chamados, me avisaram, poxa, eu sou líder de Movimento Surdo em Rondônia, eu tenho contato com surdos de todo interior de Rondônia e eles ficam relatando os problemas e eu fico triste, porque eu vejo, eu fico guardando isso, porque esse é o momento de eu passar para vocês, vocês estão aqui representando. A Seduc precisa chamar esses pedagogos que de fato são surdos e, que podem estar ajudando

na formação. Eles têm dinâmica, eles têm didática, eles têm estratégia de ensinar, podem estar ensinando os professores, "Ah! Vocês não querem, são só quatro?" Cadê? Eles estão aqui, eles são do Estado e eles estão sentindo todo Estado ser prejudicado na educação de surdo. A educação de surdo está ruim, está péssima e nós precisamos melhorar as escolas para atenderem os surdos. Eu quero pedir de fato, gente, por favor, abrem concurso, coloca professor surdo. Nós temos mais de 30 surdos formados e cadê eles? Eles estão perdendo, não abre vaga, eles estão perdendo. Vocês acham que eles não têm capacidade? Eles têm capacidade, eles precisam e para isso tem que prever isso nos concursos. A questão da adaptação, a lei já existe, todo mundo já conhece, mas, precisamos adaptar, fazer adaptações, porque nós temos profissionais e esses profissionais precisam ser fortes. Só emergencial? Acabou. Dois anos, foi demitido, e aí? Como é que fica o trabalho de fato? Eu gostaria que precisa mudar de verdade, transformar uma educação de fato que contemple a realidade, que o surdo possa aprender na língua dele, vocês estão vendo aqui, vocês estão oralizando e o surdo? Ele é capaz. Eles estão na rua... Ah! O surdo é preguiçoso, está usando droga, está abandonado, o que está acontecendo porque o surdo está desistindo? Porque não tem professor surdo, porque não tem professor de libras, professores fluentes, professores que trabalham na Seduc, lá no Administrativo folgado, bota para sala de aula, bota para dar formação, por favor, me desculpa falar dessa forma, me desculpa, é porque eu estou me sentindo muito angustiado, eu preciso desabafar porque nós não podemos mais perder tempo, é tanta coisa, se eu for falar aqui tem muita coisa para eu falar. Deputado eu quero agradecer, eu gostaria que você me chamasse de fato para essas Comissões para que a gente possa de fato dizer quais são as problemáticas da Comunidade Surda e o que a gente pode ajudar, a Seduc, Semed, chama a gente também porque a gente está aqui para trabalhar junto.

Eu quero agradecer muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado a você Danilo pela participação e foi muito importante a gente ouvir o Danilo aí falando para todos nós.

Eu quero chamar aqui a dona Nilza e a Sílvia, vem as duas para nós encerrarmos logo com a dupla.

A SRA. NILZA - Boa noite a todos, a Mesa! Vai ser bem rápido aqui. Eu sou a Nilza, Presidente da AMA, a AMA de Rondônia, e eu quero agradecer a Deputado Cirone Deiró por essa oportunidade e falar um pouco da nossa Instituição que ela já existe há 19 anos, hoje nós estamos com 83 autistas na nossa Associação, trabalhamos com uma metodologia, a "metodologia teacch", que é dos Estados Unidos e é uma metodologia que funcionou dentro da AMA e hoje a gente continua com essa metodologia. E assim, falar do nosso trabalho, hoje, nós queremos agradecer muito ao Estado, ele cedeu os professores, firmou convênio novamente esse ano e eu gostaria muito que a Gláucia está aqui, amanhã nós temos até uma reunião com o Secretário, que o município também fizesse a mesma coisa porque hoje nós temos um professor do município e dois técnicos. E a nossa demanda maior é do município, mas assim, nós precisamos os dois, temos o apoio,

mas nós precisamos mais porque todo ano esse convênio ele é renovado do Estado e eu não sei porque o do município não.

Nós estamos com esse convênio, eu acho que desde 2013, nós já levamos Ofício, amanhã nós vamos de novo com o Secretário conversar com ele e perguntar porque não é renovado esse Convênio. Mas mesmo assim nós continuamos fazendo nosso trabalho, esse ano nós estamos com a equipe completa, duas Orientadoras, duas Supervisoras, Diretora, conseguimos uma Assistente Social, mas é AMA que está pagando as madrinhas, e temos uma Psicóloga também do Estado que está fazendo um trabalho maravilhoso com os professores, porque é preciso, assim como a gente vê todas as famílias, pais, nós sofremos. Eu também tenho um filho autista de 19 anos é um trabalho a ser feito desde a família porque o cuidador, nós cuidamos dos nossos filhos e precisamos ser cuidados também. A Giuci é nossa amiga aqui conhece nosso trabalho também, eu assim, admiro muito o trabalho da Giuci também ali na Casa Rosetta, mas assim, a Sílvia vai falar mais do pedagógico aqui, eu só quero mesmo agradecer ao Estado, ao Município, a nossa primeira dama Yeda Chaves que abraçou a nossa Instituição e nós estamos fazendo o nosso trabalho como eu sempre falo, a AMA ela não cruzou os braços, nós sabemos das dificuldades de todas as Instituições que estão aqui, mas nós fomos buscar, buscar opções para nós continuarmos com a nossa Instituição e nós temos um grande projeto que esse ano para o ano que vem nós conseguimos nosso terreno e construir a nossa sede. E a gente já conta com ajuda de todos aqui, viu Deputado Cirone, nós contamos com a sua ajuda que esse ano, se Deus quiser, para o ano que vem nós vamos construir a nossa sede se Deus quiser. A Sílvia vai falar mais um pouco aqui do pedagógico porque ela é conhecedora melhor do que eu.

A SRA. SILVIA - Boa noite a todos! Eu sou fruto de cedência, queria assim agradecer o Secretário Suamy, porque tudo que eu tenho feito de Formação hoje no Estado, eu sou uma das Formadoras do Estado em Autismo eu devo as Instituições que eu passei, e principalmente, a AMA. Nós aprendemos e agora estamos repassando o Estado, então o Estado está formando.

Gradativamente nos municípios não é fácil, Rondônia é muito geograficamente grande, então a gente desce de ônibus da Seduc vai até Vilhena, volta, vai para Guajará. Na área de Autismo, eu estou garantido o que me cabe, estou só por enquanto na equipe, nós começamos desde o ano passado, mas é uma equipe boa que está ali com libras, está com altas habilidades, está com deficiência, libras, altas habilidades e a deficiência visual e eu agora compondo com o autismo, então a gente está descendo junto com a base Nacional Curricular nós estamos fazendo essa capacitação e ajudando também a Prefeitura, quando, que nem diz o Daniel: "quando chama a gente está ali pronto a atender, porque além de estar na AMA, nós somos funcionários do Estado da Prefeitura e temos à disposição e o privilégio de estar passando o que a gente está aprendendo dentro das Instituições. Então, só em nível de dicas, não sei se posso chamar dica formalmente; nós fomos anotando ali, nós precisamos de pólos de EJA diurno para todos os alunos que não podem estudar a noite, não adianta querer mandar nossos filhos para, que tem 19 anos para noite, incluir a noite, eles não vão ficar no 2º ano, eles não vão ficar com os pequeninos.

Então, precisa de pólo de EJA a noite, tanto prefeitura quanto Estado, precisamos informar. Eu tenho visto muitas assim, o clamor do povo do interior, de Vilhena a Guajará-Mirim pela capacitação. Então, nós precisamos propor um referencial de avaliação de ingresso desse aluno com deficiência no Estado e na prefeitura, porque esse referencial de avaliação, ele vai acompanhar, ele vai avaliar, ele vai propor adaptação curricular. Então, nós precisamos é algo que os Estados já vem fazendo aí, eu não sei porque a gente não começou. Mas, se depender de mim, antes de eu me aposentar, eu estou ali a disposição para gente capacitar mais ainda e ensinar. Nós precisamos de contratação de intérpretes, nós precisamos também de leitores para o pessoal da deficiência visual e se não for a leitura, os leitores, nós precisamos de programa, que vá ler isso para eles, o senhor Nelson lá em Rolim de Moura, ele é muito bom também para está capacitando. E começar fazer cumprir a Lei nas escolas particulares, porque parece que eles só querem cobrar e digo também de faculdade, não generalizando, mas tem muita faculdade cobrando, não tem sala de recurso, não tem atendimento educacional, eles pensam que são plenos e só; não existe uma Lei que vem para escolar particular também. Então, tem que ter o AEE, na escola particular que não existe e quando cobra, aí aparece. Mas, isso aí tem que ter. Capacitações, formação continuada em todas as áreas. Precisa também gente, eu estou chamando aqui de rito de passagem, eu não sei se é isso não. O aluno egressa na rede municipal do 5º ano para o 6º ano do Estado.

O que está acontecendo Estado? Nós não nos preparamos para receber, vou falar só dos autistas. É que as meninas não estão mais aqui, mas nós temos 300 a 400 autistas incluídos na rede municipal, 358, eles vão chegar ao Estado. Porque que acontece? 1º, 2º e 3º ano não retêm e quando chega no 4º ano a gente fica 2, 3 anos; no 5º ano mais 2, 3 anos aí toma Estado. Está lá o menino com 16 anos, 17, 18, 19 EJA, no Padre Moretti. Gente, ensino modular para deficiente intelectual, ninguém merece. Nós, que nós somos de longe, somos todos normais, a gente é normal só de longe; nós não temos condições de ensino modular, ainda mais um menino com deficiência. Então, a gente precisa acabar com isso, isso todo mundo balança a cabeça aqui, sabe que é a mesma coisa que a gente vem falando há tempos. Então, está fácil de resolver, facilimo, estão aqui as receitas prontas.

Mais, alguma coisa, nós precisamos definir esses papéis do cuidador e do profissional acompanhante em todo o Estado, porque lá em Vilhena chama mediadora, aqui chama cuidador, aqui chama profissional e não é bem assim. Precisa definir, se precisar trazer a Berenice Piana, chame a Berenice Piana, ela vem, eu já conversei com ela, ela vem fazer palestras, explicar direitinho, eu me proponho a está chamando; recursos humanos para as Instituições, essas cedências, nós precisamos permanecer com as cedências, tanto do município, quanto do Estado e fazer deles parcerias. Quem melhor para explicar sobre paralisia cerebral? Casa Rosetta. Quem melhor para falar sobre Síndrome de Down? Pestalozzi e assim vai. APAE, com deficiência intelectual. AMA, autismo. Está muito fácil, a gente não cobra nada, gente, nada. São parcerias que podem ser firmadas. Olha aí, sem custo zero e a gente está se disponibilizando a ser chamado, fazer igual ao Daniel; nos chame, nos chame que a gente faz parcerias, muito mais do

que a gente pode. A questão da acessibilidade, não é só pensar na estrutura física; precisa acessibilidade só para o cego, só para surdo? Tem acessibilidade par o deficiente intelectual e para o autista que são acessibilidades diferentes, precisamos discutir isso daí; a sociedade, a Semed a Seduc precisam aprender com a gente e a gente aprender com eles o que é acessibilidade em todos os âmbitos, não é só fazer rampa, tem muito mais que isso de acessibilidade. Diminuir os alunos por sala sim, precisa, aí a Casa de Leis pode ver isso aí. Aí agora um recado para o senhor Marcelo, terminando a minha fala, o Promotor. Já era para falar no outro, não conseguir. Professor readaptado está com a coluna fora do lugar, esclerosado, com depressão de alto grau; não serve para educação especial, não serve. Porque ele não vai dar conta, Promotor, ele não vai dar conta. Então, esse discurso, eu não sei se eu entendi direito, toda vez que eu escuto ele falando, eu quero falar isso. Não dar, tem que ter perfil, não é que a gente é estragado, readaptado, mas o coitadinho já está no fim de carreira.

Então, é melhor, vamos levar lá para o Ministério Público, para dar um apoio; trazer aqui para Assembleia. Mas, na escola não vai dar certo. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Dona Nilza, obrigado a Dona Silvia, pelas palavras e ela, a metralhadora dela foi para todo lado. Eu vou chamar aqui a Indira, para falar para nós é a última pessoa que vai falar. Eu quero agradecer a cada um de vocês que estão desde o início aqui, das 15 horas.

Mas, é um assunto relevante, de suma importância que nós vamos dar continuidade nele. Eu vou deixar a Klivia, minha assessora, responsável para fazer essa comissão junto com vocês pais, professores para que a gente realmente tenha resolutividade, tenha eficiência na nossa Audiência Pública.

Agradecer a Ariana Boaventura, que é a Chefe do Departamento de Libras da UNIR, pela interpretação junto ao Danilo e agora junto a Indira.

A SRA. INDIRA (intérprete de voz Ariana Boaventura)

– Boa tarde a todos vocês; eu quero agradecer; Desculpa, eu estou aqui porque, quero agradecer por que me liberaram para falar. Quero cumprimentar cada um de vocês aqui, eu não quero esquecer, o Promotor Marcelo, falou oi, eu me senti tão feliz quando eu o vi ele fazendo oi em libras, por mais que fosse só um aí, eu me senti emocionada, vocês também não se sentiram assim? Eu achei muito legal, eu fiquei triste porque os outros parecem ah! Esqueceram a comunidade surda. Desculpa é um sentimento que eu tenho, quero que vocês se coloquem no meu lugar. Quando a gente se coloca no lugar do outro, da pessoa com deficiência, vocês sabem de fato o que a gente passa, aqui todos nós temos que nos colocar no lugar do outro, sentir o que outro sente. Eu sou Professora mestra da Unir, sou Professora de Libras, antes eu já fui Presidente de Associação de Surdos, eu já apoiei a Associação. Eu nasci em Pimenta Bueno, eu sou rondoniense forte, sou apimentada. Mas, eu estou aqui para dizer que a gente precisa mudar, que a comunidade surda, nós estamos aqui, e a gente precisa que os ouvintes entendam o que de fato a gente está passando. Eu já ajudei o Estado, a Seduc, sempre, vocês precisam ter contato com o surdo, porque é sempre, você sempre fala com ouvinte, mas, e o sujeito surdo? Nós somos uma comunidade, precisamos ser chamados, quando a gente vem esse espaço, à gente

percebe que as tecnologias contribuíam significativamente para a comunidade surda. Eu me lembro quando eu era pequena e o tanto que eu sofri, e hoje é mais fácil ter contado com a comunidade surda. Hoje, por exemplo, quando eu procuro meus pares, eu vejo que eles sumiram, estão na praça, então, quando eu chego lá, eu pergunto 'olha que legal! Você se formou? Não eu parei', por que os surdos pararam de estudar? Por que eu me formei e eles não? Parece que eles são inferiores, não eles não são inferiores, e hoje a comunidade surda parou de estudar. A minha missão, eu descobri que a minha missão, é ajudar o meu Estado, eu voltei para Rondônia, para ajudar o meu povo, ajudei a criar a Associação de Surdos, e estou sempre lutado. Os intérpretes eram pouquíssimos 'ah! Eu desisti, é muito difícil, eu estou com depressão, estou com dificuldades', eu falei: não desista, volta, vamos lá, eu vou apoiar, e aí eu comecei a chamar os ouvintes e o surdos para que de fato a gente, por exemplo, a gente foi a Seduc, na Semed, a gente não parou de dizer chega de preconceito, chega de discriminação, chega de sofrimento, são séculos, vocês precisam vê que nós estamos aqui, nós estamos vivos, nós somos professores, eu sou uma professora, e é a minha missão. Eu ajudei a criar a Escola Bilingue, dizer assim: olha, nossa. Eu cheguei com o Prefeito para dizer, o que de fato a gente precisava, não está bom, nós não podemos aceitar qualquer coisa, não dá para ir para outra escola porque essa não está boa. Eu fico pensando, poxa o professor pensa 'olha que legal!', mas, o professor, ele tem que entender as deficiências, e aí, o professor vai fazer, o que ele vai fazer? Ah! Não, eu sou um professor, eu estou aqui, mas, o professor, ele ainda não está perfeito, ele não sabe ainda como trabalhar com as deficiências. Não podem esquecer as comunidades, Deus, deu a cada um o quê? Consciência, clareza e a gente precisa entender essas deficiências, entender as pessoas, a sociedade precisa conhecer de fato. Nós somos humanos como vocês, vocês são inteligentes nós também somos, vocês são capazes nós também somos, nós temos uma língua, se coloquem de fato no lugar de cada pessoa com deficiência para saber o que elas passam, é importante entender, por exemplo, a língua da pessoa surda. Eu quero pedir de fato que vocês, já existem a Lei de Libras, de 2002, que fala da língua de sinais e outras, o Decreto da Lei de Libras de 2005, já existe a Lei. Mas, e aí, dentro das escolas, precisa ter a disciplina de libras, porque tem inglês dentro das escolas até hoje e línguas de sinais, não? Libras não? Quer dizer que ele aprende outra língua, mas, aprende a língua da comunidade surda que está ali do lado dele. A escola precisa ter comunicação de fato, e a família dos surdos? Nasceu, ele não sabia, ele não conhece a surdez, ele vai para a escola pedir ajuda, ele precisa de ajuda, a escola tem que dar estratégia para esse pai também, e com a disciplina de libras essa comunicação vai contribuir, e aí, todo mundo estudou inglês, certo? E vocês falam com outra pessoa? E nós somos surdos e estamos aqui, vocês não sabem falar com a gente. A sociedade aprende inglês, mas, não aprende libras, loja, se tivesse a disciplina, essa comunicação iria começar a acontecer. Por favor, eu peço aqui que assim como tem inglês, por favor, coloque a língua de sinais para que o surdo não fique lá atrás e chega de sofrer, chega de preconceito, chega de barreiras.

Eu quero de fato que o professor, ele esteja formado,

que ele possa sinalizar que tenha bancas, chame os professores surdos para as bancas. Porque o surdo, é a língua dele, é a língua que ele usa diariamente, a vida dele é essa língua, tem que colocar esse professor surdo. Mas, professor surdo, chama outras pessoas ouvintes que não tem contato com a comunidade surda para está na banca? Pêra aí, e os surdos? Há! O surdo, o surdo cego, o surdo cego, também tem uma língua e aí? São vários os tipos de deficiência. A Escola Bilingue, está lá e ele faz o quê? Ah! Eu tenho uma escola, mas, eu não posso ir para língua de sinais? Ele tem que ter o direito de se sentir orgulhoso em falar na língua dele, ele é capaz, não proibam mais. Ah, nós temos uma língua. É nossa língua. Não é só minha. Eu quero que essa comunicação, de fato, aconteça dentro da escola. Que ele não se sinta mal é um presente que foi dado para ele, ele se sente feliz, ele precisa disso. Lá na UNIR eu entrei via concurso, eu trabalho, eu sou professora. Vejam! O Professor precisa aumentar o número de professores surdos, professores bilingues. Dentro das escolas do Estado de Rondônia, por exemplo, o Professor tem que conhecer o sujeito, o seu aluno surdo. Ele formou, ele está lá dentro. Quando eu estava na escola, por exemplo, eu ensino, eu vou para a sala de aula como Professora surda com os meus alunos ouvintes.

E eles quando me vêem como Professora, ficam desesperados. Eu lembro que eu passei por isso quando eu era estudante e ficava sozinha numa sala que só tinha ouvintes.

E, hoje, meus alunos percebem, eu sou uma Professora surda e eu dentro da Universidade eu dou uma aula só com alunos ouvintes. Eu fiz Mestrado. Eu briguei muito dentro do Mestrado na Universidade, para que de fato os professores entendessem a minha cultura, me tratasse de fato com igualdade. E sem a língua de sinais não há igualdade. Eu sou sujeita surda, eu sou de Rondônia, eu tenho orgulho de ser de Rondônia. Ah, eu tenho, eu amo a minha terra, eu amo, aqui é a minha terra e eu quero que a comunidade surda daqui passe nos concursos, como eu passei, que tenha professor de libras, que tenha intérprete. Porque chega de sofrimento, chega. Olha a família está sofrendo aqui, a nossa família vem sofrendo porque nós queremos abrir de fato a mentalidade da sociedade.

As escolas, a educação ela tem um papel fundamental nisso. A criança ela tem que estar na educação de fato se sentindo bem, plena.

Como é que vai ser o futuro? Eu quero surdos deputados, surdos vereadores, eu quero, é possível que estejam sentados onde vocês estão, agora. Eu torço por isso. Surdo vereador, e assim por diante, isso pode acontecer, isso acontece em outros Estados. Eu fico: ah, eu não sei ainda, mas a minha família vem de uma descendência política, e eu sou, falo muito, mas eu falo que vocês precisam chamar as Associações, a Universidade para parceria. Por favor, abram o Cais. Boa noite!

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Boa noite! Obrigado pela participação da Indira. E dizer que nós já temos cego deputado no Congresso Nacional.

Eu quero aqui agradecer as autoridades que tiveram a gentileza, a presteza de estar aqui, ouvindo essas demandas.

E nós vamos fazer os encaminhamentos. Klívia, você fica responsável, nossa Assessora, para fazer os encaminhamentos necessários, para que essa Audiência seja frutífera. Obrigado a todos.

Invocando a proteção de Deus, em nome do Povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Obrigado a todos. Boa noite!

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19h22min)

ADVOCACIA GERAL

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

AO CONTRATO N. 012/2019

Processo Administrativo n. 17579/2017-30.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Contratada: EMPRESA PNA PUBLICIDADE LTDA. – ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O item 4.2. da Cláusula Quarta – Recursos Orçamentários, do Contrato nº 012/2019, passa a ter a seguinte redação:

4.2. O crédito orçamentário para a execução dos serviços durante o exercício de 2019 está consignado no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no seguinte Programa de Trabalho: 01.031.102.7266.500.00 – Elemento de Despesa: 33.90.39 – Fonte de Recursos: 010000000 – Recursos Próprios. Nota de Empenho 2019NE00875 emitida em 21 de maio de 2019, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), já consignado no orçamento de 2019 da ALE/RO.

4.2.1. Por se tratar empenho estimativo e por razão do exercício financeiro seguinte, poderá haver posterior complementação de empenho em relação à despesa autorizada na cobertura correspondente ao restante dos 12 (doze) meses do período contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais Cláusulas e condições constantes do Contrato original, não expressamente alteradas por este Termo.

Porto Velho/RO, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES

Presidente

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia